

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

JOSÉ DA PAIXÃO FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO
LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): O QUE REVELAM OS CURSOS DE
MESTRADO EM LETRAS/LINGUÍSTICA NAS REGIÕES DO BRASIL?**

PARNAÍBA

2025

JOSÉ DA PAIXÃO FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO
LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): O QUE REVELAM OS CURSOS DE
MESTRADO EM LETRAS/LINGUÍSTICA NAS REGIÕES DO BRASIL?**

Trabalho de conclusão de curso
(monografia) apresentado como requisito
necessário à Universidade Estadual do
Piauí para a obtenção do título de
Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Almeida
Conceição

S586p Silva, José da Paixão Ferreira da.

Política linguística na institucionalização do português como língua de acolhimento (PLAc): o que revelam os cursos de mestrado em letras/linguística nas regiões do Brasil? / José da Paixão Ferreira da Silva. - 2025.
81 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura em Letras - Português, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Jailson Almeida Conceição".

1. Português como Língua de Acolhimento (PLAc). 2. Políticas Linguísticas. 3. Institucionalização do PLAc. 4. Acolhimento Linguístico. I. Conceição, Jailson Almeida . II. Título.

CDD 469.8

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI

Francisca Carine Farias Costa (Bibliotecário) CRB-3ª/1637

JOSÉ DA PAIXÃO FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO
LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): O QUE REVELAM OS CURSOS DE
MESTRADO EM LETRAS/LINGUÍSTICA NAS REGIÕES DO BRASIL?**

Trabalho de conclusão de curso
(monografia) apresentado como requisito
necessário à Universidade Estadual do
Piauí para obtenção do título de Licenciado
em Letras-português.

Orientador(a): Prof. Dr. Jailson Almeida
Conceição

Monografia aprovada em 12 / 06 / 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador(a): Prof. Dr. Jailson Almeida Conceição

1º Examinador(a): Prof(a). Dra. Rita Alves Vieira

2º Examinador(a): Prof(a). Ma. Karla Dayane Silva Monteiro

Dedico este trabalho aos meus filhos amados, Alanna, Ben-Hur e Maria Flor. Foram dias difíceis, marcados por momentos de ausência. No entanto, cada esforço teve um propósito maior: construir um futuro melhor e mais confortável para vocês. Que este trabalho represente não apenas uma conquista pessoal, mas também uma demonstração do amor imenso que sinto e da vontade de lhes proporcionar dias mais leves, seguros e felizes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força, sabedoria e esperança em todos os momentos da minha vida. Foi Ele quem sustentou meus passos, renovou minhas forças e me conduziu até a conclusão desta etapa.

Aos meus pais, Maria de Fátima e José Ferreira, pela base sólida de valores, pelo amor incondicional e pelo apoio constante em todos os momentos da minha caminhada. Sou profundamente grato pelo exemplo de coragem, humildade e dedicação que sempre nortearam minha vida. Mesmo muito humildes e com poucas oportunidades de estudo, fizeram muitos sacrifícios para garantir que a educação fosse prioridade para seus filhos. Esse trabalho é, também, reflexo do esforço e dos princípios que vocês me ensinaram.

Ao meu orientador, professor Dr. Jailson Almeida Conceição, pelo acompanhamento atento, pelas orientações valiosas e pela paciência durante todo o processo de construção deste trabalho. Agradeço, especialmente, pelas conversas informais, sempre repletas de reflexões e ensinamentos que ultrapassaram o campo acadêmico, tornando-se momentos de aprendizado e construção de uma amizade baseada no respeito mútuo. Sua postura crítica, ética e profissional foi fundamental para o amadurecimento deste projeto e para o meu crescimento pessoal e intelectual.

À minha esposa, Dayanne Pereira, pelo amor, companheirismo e incentivo diários. Sua compreensão nos momentos de ausência e o apoio silencioso, mas fundamental, foram determinantes para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus colegas de turma, pela convivência, pelas trocas de experiências e pelo companheirismo ao longo dessa jornada acadêmica. Cada um deixou sua marca nesta etapa e contribuiu para tornar o percurso mais leve e significativo, em especial à Manuella Alves e Ana Sara, exemplos inspiradores de fé e perseverança, e Gerson dos Santos.

Aos professores do curso, pela dedicação e pelo compromisso com a formação de cada aluno, transmitindo não apenas conhecimento, mas também valores. Particularmente, à professora Dra. Rita Alves Vieira, seu profissionalismo, dedicação, sensibilidade e incentivos marcaram profundamente minha trajetória acadêmica e humana. Também ao professor Dr. Marcilio Machado Pereira, cuja maneira leve e sempre motivadora de conduzir suas aulas tornou a caminhada acadêmica mais leve, mais possível e cheia de incentivo.

Na realidade *não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis* etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (Bakhtin, 1998).

RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil tem se consolidado como destino de fluxos migratórios provenientes de diferentes partes do mundo, impulsionados por conflitos armados, crises humanitárias, perseguições religiosas e desastres socioeconômicos. Diante disso, a presente pesquisa nasceu da inquietude quanto à maneira de como os estudos sobre a institucionalização do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) estão se desenvolvendo nos programas de mestrado no Brasil e quais são as implicações dessas abordagens para a efetivação do acolhimento de imigrantes nas universidades e na sociedade brasileira diante dessas crises. Para fundamentação teórica, mobilizamos Calvet (2007), Rajagopalan (2003), Batoréo (2014), Cabete (2010), Lopez (2022), Labov (1978), Bakhtin (2006), Bagno (2007), Marcuschi (2010), Clyne (1992), Scaramucci (2019) entre outros. Isto posto, objetivou-se analisar os Resumos de 05 dissertações desenvolvidas sobre a institucionalização do PLAc nos programas de mestrado em universidades brasileiras, a partir das categorias analíticas: contextualização, temáticas sobre PLAc, estofo teórico, metodologias, enfoques e tendências, questão norteadora de pesquisa e as contribuições acadêmicas e sociais decorrentes dessas pesquisas. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa crítica-colaborativa a partir de Prodonov; Freitas (2013), de natureza documental, com abordagem qualitativa, segundo Marconi; Lakatos (2003), por meio de levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizados o descritor “Português como Língua de Acolhimento (PLAc)” e filtros específicos — nível acadêmico “Mestrado”, tipo de trabalho “Dissertação”, áreas de concentração “Letras”, “Linguística Aplicada” e “Língua Portuguesa” — delimitando-se o recorte temporal de 2014 a 2024. Após a leitura de títulos, resumos e aplicação dos critérios de inclusão, compôs o *corpus* desta pesquisa apenas Resumos inscritos nas dissertações de mestrado em Letras/Linguística de vários Programas das 05 regiões do Brasil. Os resultados evidenciaram uma tendência de descentralização geográfica das pesquisas, ainda modesta e a valorização das variedades regionais do português como estratégia de acolhimento, o que favorece diagnósticos mais inclusivos e representativos. Além disso, os Resumos analisados revelaram não apenas os avanços, mas também lacunas significativas, como a carência de estudos voltados para as regiões Norte e Nordeste, a escassez de abordagens interdisciplinares e interculturais e a ausência de discussões sobre a legitimação das variedades africanas do português no contexto do PLAc na formação contínua e continuada de professores na graduação, não legitimada pelos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Palavras-chave: Português como Língua de Acolhimento. Políticas Linguísticas. Imigração. Institucionalização do PLAc. Acolhimento Linguístico.

ABSTRACT

In recent decades, Brazil has established itself as a destination for migratory flows from different parts of the world, driven by armed conflicts, humanitarian crises, religious persecution, and socioeconomic disasters. In this context, the present research arose from concerns about how studies on the institutionalization of Portuguese as a Host Language (PLAc) have been developing in master's programs in Brazil and the implications of these approaches for the effective linguistic and social integration of immigrants into universities and Brazilian society. The theoretical framework was based on Calvet (2007), Rajagopalan (2003), Batoréo (2014), Cabete (2010), Lopez (2022), Labov (1978), Bakhtin (2006), Bagno (2007), Marcuschi (2010), Clyne (1992), Scaramucci (2019), among others. The objective was to analyze the abstracts of five dissertations on the institutionalization of PLAc in Brazilian master's programs, based on the analytical categories: research context, PLAc-related themes, theoretical framework, methodologies, approaches and trends, guiding research questions, and academic and social contributions resulting from these studies. Methodologically, a qualitative, critical-collaborative research was conducted according to Prodonov and Freitas (2013), with a documentary approach following Marconi and Lakatos (2003), through a survey in the Theses and Dissertations Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The descriptor "Português como Língua de Acolhimento (PLAc)" and specific filters were applied — academic level "Master's," work type "Dissertation," and concentration areas "Letras," "Applied Linguistics," and "Portuguese Language" — with a temporal scope from 2014 to 2024. After reading titles, abstracts, and applying inclusion criteria, the research corpus was composed exclusively of abstracts from master's dissertations in Letters/Linguistics from several graduate programs in the five regions of Brazil. The results indicated a modest tendency toward the geographical decentralization of research and the appreciation of regional varieties of Portuguese as a welcoming strategy, contributing to more inclusive and representative diagnoses. Furthermore, the analyzed abstracts revealed not only advancements but also significant gaps, such as the lack of studies focused on the North and Northeast regions, the scarcity of interdisciplinary and intercultural approaches, and the absence of discussions about the legitimization of African varieties of Portuguese within the PLAc context in the continuous and ongoing training of undergraduate teachers, which remains unacknowledged in course curricula (PPCs).

Keywords: Portuguese as a Host Language. Language Policies. Immigration. PLAc Institutionalization. Linguistic Integration.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC – Competência Comunicativa
CCI – Competência Comunicativa Intercultural
Celpe-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CLPL – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DTE – Divisão de Temas Educacionais
IES – Instituições de Ensino Superior
Mercosul – Mercado Comum do Sul Mercosul
MRE – Ministério das Relações Exteriores
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB – Português brasileiro
PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PLA – Português como Língua Adicional
PLAc – Português como Língua de Acolhimento
PLE – Português como Língua Estrangeira
PPC – Projetos Pedagógicos de Curso
PPG – Programas de Pós-Graduação
PPT – Português para Todos
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB – Universidade de Brasília
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de migrantes internacionais no mundo (em milhões), por região dos continentes (2000, 2010 e 2017)	18
Tabela 2: Número de migrantes da África, por destino (2017)	19
Tabela 3: Número de imigrantes no mercado formal, segundo principais setores de atividades - Brasil, 2013 – 2022	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudantes na fachada da UNILAB.	30
Figura 2: Estudantes na UNILA.	31
Figura 3: Níveis de classificação de proficiência linguística	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: percentual para (des)classificação no Exame Celpe-Bras

34

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): INSERÇÃO SOCIAL E MULTICULTURAL REVELADA POR MEIO DE PESQUISAS DE MESTRADO NAS REGIÕES DO BRASIL	15
1.1	O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: FOTOGRAFIAS E PERCURSOS AFIRMATIVOS	17
1.1.2	Competência Comunicativa Intercultural no ensino e aprendizagem de PLAc: bordas e fronteiras grafocêntricas em território brasileiro	21
1.1.3	Diversidade linguística e pluricentrismo: perspectivas para o ensino de PLAc no Brasil para estudantes de Pós-Graduação dos PALOP	23
2	POLÍTICAS, PLANEJAMENTO LINGÜÍSTICOS E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO: REFLEXÕES PROSPECTIVAS	28
2.1	EXAME PARA CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA PLURICÊNTRICA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS)	32
2.1.2	Plurilinguismo, identidade, cultura e representação: a LP como elemento de unificação entre nações lusofônicas	36
3	ESCORÇO METODOLÓGICO DA PESQUISA	40
3.1	MOVIMENTO DA PESQUISA CRÍTICO-COLABORATIVA: FUNDAMENTOS E MOTIVAÇÃO	41
3.2	CONTEXTO DA PESQUISA E A COLETA DE DADOS	41
3.3	O <i>CORPUS</i>	49
4	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	53
	CONCLUSÃO	67

REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	72

INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa tem desempenhado um papel cada vez mais relevante no cenário internacional, sobretudo em contextos de mobilidade humana, integração social e transnacional. No Brasil, esse movimento se intensificou, nos últimos anos, com o aumento da chegada de imigrantes e refugiados de vários países da América e África, o que ensejou uma urgência na insurgência de formulação de políticas linguísticas e públicas que atendessem não apenas às necessidades comunicativas desses sujeitos, mas também à promoção de sua inclusão social, educacional e cultural. Nesse cenário, surgem propostas de ensino de português que se destacam marcadas por nomenclaturas e sentidos que começaram a ser mudadas no cenário de globalização e neoliberalismo: inicialmente o Português como Língua Estrangeira (PLE), Português como Língua Adicional (PLA) e o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) pensada para refugiados e imigrantes no contexto de fluxos migratórios provenientes de diferentes partes do mundo, impulsionados por conflitos armados, crises humanitárias, perseguições religiosas e desastres socioeconômicos.

Diante disso, a presente pesquisa adota, preferencialmente, a concepção de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), por considerar que o termo “acolhimento” carrega um sentido mais humano, inclusivo e comprometido com a integração social dos imigrantes, enquanto a denominação “língua estrangeira” tende a reforçar noções de distanciamento, estranhamento e exclusão. Assim, entende-se o PLAc não apenas como uma prática pedagógica, mas também como uma ação social e política de acolhida e reconhecimento das múltiplas identidades linguísticas e culturais que compõem o cenário geopolítico brasileiro contemporâneo.

Nesse contexto, as discussões aqui empreendidas sobre políticas linguísticas tornam-se fundamentais, uma vez que são essas políticas que orientam a gestão e a valorização das línguas em contato, podendo promover inclusão ou acentuar desigualdades. Por isso mesmo, Calvet (2007) assegura que a forma como os Estados gerenciam o plurilinguismo revelam decisões políticas que impactam diretamente as relações de poder entre as línguas e seus falantes.

No caso do Brasil, o desafio reside em construir políticas de acolhimento linguístico que dialoguem com os princípios de inclusão, pluralidade e respeito à diversidade cultural, evitando a reprodução de práticas coloniais de silenciamento e hierarquização linguística, fenômeno historicamente recorrente em espaços

lusófonos, como demonstrado por Vilela (1999) e Abdula *et al.* (2017) em suas análises sobre os países africanos de Língua Portuguesa.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como proposta investigar a implementação da institucionalização do PLAc abordada nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* (dissertação de mestrado) no Brasil, contemplada nas 05 regiões brasileiras, a partir dos Resumos, considerando seus impactos sociais, acadêmicos e políticos para o acolhimento de imigrantes. Para isso, a pesquisa assume como questão norteadora: De que maneira os estudos sobre PLAc são desenvolvidos nos programas de mestrado no Brasil e quais são as implicações dessas abordagens para a efetivação do acolhimento de imigrantes nas universidades e na sociedade brasileira por meio dos resultados das pesquisas engendradas no mestrado?

A partir desse questionamento, o objetivo geral do estudo é analisar os Resumos de trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre a institucionalização do PLAc nos programas de mestrado em universidades brasileiras, identificando as contribuições dessas pesquisas e os impactos gerados tanto nas políticas institucionais universitárias quanto no processo de acolhimento e integração de imigrantes, oriundos de distintas línguas, identidades e culturas, à comunidade acadêmica e à sociedade brasileira. Para atender a esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) mapear, quantitativamente, as dissertações de mestrado que abordam o Português como Língua de Acolhimento, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendidas entre 2014 a 2024; b) identificar os principais temas, enfoques e tendências tratados nos Resumos de dissertações de Língua e Cultura, Estudos de Linguagem, Letras e Linguística, por exemplo, que discutem políticas linguísticas voltadas para o PLAc entre os anos de 2014 a 2024; e c) avaliar, a partir dos Resumos, de que forma as dissertações de mestrado selecionadas contribuem para a institucionalização do Português como Língua de Acolhimento no Brasil e para o debate acadêmico sobre políticas de acolhimento linguístico no ensino superior.

Assim, metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza crítico-colaborativa, fundamentada na pesquisa aplicada às ciências humanas e sociais, (Prodonov; Freitas, 2013). Para tanto, levamos a efeito as categorias analíticas atinentes ao que um Resumo de dissertação deveria apresentar:

contextualização temática, motivação da pesquisa, objetivos, referencial teórico alinhado à pesquisa, procedimentos metodológicos e resultados praxiológicos.

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e análise de conteúdo de resumos de dissertações de mestrado, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Plataforma Sucupira. O *corpus*, composto por cinco dissertações defendidas entre 2014 a 2024, foi selecionado com base no descritor “Português como Língua de Acolhimento” (PLAc), assegurando a pertinência ao objeto investigado. A análise documental permitiu, sobretudo, mapear e interpretar, criticamente, as políticas linguísticas institucionais voltadas ao acolhimento de migrantes, contribuindo para a reflexão acadêmica e social sobre o tema.

Salienta-se, também, que esta investigação se articula com os debates contemporâneos acerca do plurilinguismo, das políticas linguísticas e das relações de poder que envolvem a circulação da Língua Portuguesa no mundo, assumindo o compromisso de que ela é ou deveria ser pluricêntrica. Como apontam Rajagopalan (2003) e Batoréo (2014), as línguas são espaços de identidade, resistência e negociação simbólica, e o modo como são ensinadas, institucionalizadas e promovidas, refletem e refratam interesses políticos, ideológicos, sociais e culturais.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas de institucionalização do PLAc, no Brasil, permite problematizar os modos como as universidades brasileiras vêm contribuindo para (re)produzir ou tensionar as hierarquias linguísticas e culturais no espaço lusófono e, simultaneamente, avaliar o potencial emancipatório das ações acadêmicas voltadas à inclusão social sobretudo de imigrantes.

Assim, a importância deste estudo reside na possibilidade de fornecer um panorama atualizado da produção acadêmico-científica sobre PLAc no Brasil, contribuindo para o debate sobre políticas linguísticas mais equitativas e para a formulação de estratégias educacionais e institucionais que assegurem o direito à quebra de fronteiras, à educação e ao pertencimento social dos sujeitos imigrantes. Logo, espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam de subsídio para novos estudos e para o aprimoramento de ações e políticas públicas voltadas ao ensino de PLAc, colaborando para a construção de uma sociedade mais plural, democrática e linguística e culturalmente diversa.

Dessa forma, também pretende-se contribuir para a ampliação dos debates sobre os parâmetros geossociolinguísticos e discursivos que permeiam a construção das identidades plurilinguísticas no Brasil e na comunidade lusófona, ressaltando a

importância de práticas de acolhimento que rompam com discursos hegemônicos e coloniais, reconhecendo e legitimando as línguas, identidades e culturas sócio-historicamente marginalizadas.

À vista disso, a presente pesquisa está organizada em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo discorre sobre a institucionalização do PLAc no Brasil, destacando sua relevância para a inserção social, acadêmica e multicultural de imigrantes e refugiados. Para tanto, oferece um panorama conceitual e histórico das políticas linguísticas no país, diferenciando o PLAc de outras categorias tradicionais, como o PLE e o Português Língua Adicional (PLA), e enfatizando a necessidade de políticas inclusivas que assegurem os direitos geolinguísticos desses sujeitos. Além disso, examina o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) como um mecanismo afirmativo de mobilidade acadêmica e cooperação internacional, destacando seus avanços e desafios em relação aos fluxos migratórios, principalmente oriundos de países africanos lusófonos. Por fim, discute a importância da Competência Comunicativa Intercultural (CCI) no ensino do PLAc, propondo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e linguística e promovam a plena participação social e acadêmica dos migrantes e refugiados no Brasil.

Ademais, o segundo capítulo aborda a articulação entre políticas linguísticas, planejamento e promoção da Língua Portuguesa no contexto da internacionalização e do acolhimento, com foco nos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Explora as dimensões histórica, social e política dessas políticas no Brasil, destacando o papel de instituições como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a relevância das ações afirmativas para o acolhimento e a inclusão linguística. Além de analisar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) como uma ferramenta estratégica para a valorização do português, reconhecendo a diversidade de suas variantes e a importância da legitimação das variedades africanas. Aponta e discute a complexa relação entre plurilinguismo, identidade e cultura, ressaltando os desafios e as potencialidades de políticas linguísticas inclusivas que respeitem as especificidades dos países lusófonos e promovam a cooperação intercultural. Por fim, no terceiro capítulo, há a descrição do percurso metodológico da investigação em tela, em que se detalha o *corpus* e expõe as categorias analíticas, a análise dos dados obtidos a partir dos Resumos das

dissertações selecionadas, evidenciando tendências, contribuições e implicações das políticas de acolhimento linguístico no contexto acadêmico e social, e as (prováveis) conclusões.

1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): INSERÇÃO SOCIAL E MULTICULTURAL REVELADA POR MEIO DE PESQUISAS DE MESTRADO NAS REGIÕES DO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama sobre o processo de institucionalização do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Brasil, evidenciado por meio de resumos de dissertações de mestrado em Linguística e áreas afins. Com esta iniciativa, buscou-se destacar a relevância das políticas linguísticas para a inserção social e multicultural de falantes não nativos, a partir de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) brasileiros nas 05 (cinco) regiões do Brasil.

Indubitavelmente, a institucionalização do PLAc desponta como questão de grande relevância no cenário global, especialmente considerando a posição expressiva da Língua Portuguesa no mundo, falada por cerca de 260 milhões de pessoas. Além de seu valor histórico e cultural, o português adquire importância geopolítica e comercial, contribuindo para que o Brasil se torne um dos destinos escolhidos por milhares de migrantes em situação de deslocamento forçado, de acordo o *Portal Gov*¹. Diante disso, tal cenário demanda a implementação de ações efetivas de acolhimento linguístico, sobretudo no ambiente acadêmico, favorecendo o ingresso e a permanência desses sujeitos.

No Brasil, os PPG têm demonstrado protagonismo nesse processo ao institucionalizar práticas de PLAc em suas diretrizes e normativas internas, com vistas à inclusão e integração social dos estudantes migrantes e refugiados. Um exemplo é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, em 2022, revisou sua política de acesso para estudantes estrangeiros, contemplando critérios relacionados à Competência Comunicativa Intercultural (CCI), a fim de capacitar o aprendiz a comunicar-se de forma eficaz nos diversos contextos sociais (UFBA, 2022). Tais iniciativas dialogam com a necessidade de estabelecer políticas linguísticas inclusivas, alinhadas às demandas contemporâneas de mobilidade humana.

Nesse processo, faz-se necessário compreender o surgimento e a consolidação do termo PLAc no Brasil. Segundo Lopez (2022), a Linguística Aplicada

¹ Informação retirada do Portal Gov. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/fluxo-migratorio-no-brasil-foi-de-2-3-milhoes-de-pessoas-em-14-anos-aponta-boletim-das-migracoes>. Acesso em: 10 nov. 24

passou a se debruçar sobre as políticas linguísticas voltadas para populações migrantes, uma vez que as nomenclaturas tradicionais como PLE ou PLA não contemplavam as especificidades desse público. Assim, a expressão PLAc emerge como alternativa, reconhecendo o papel das línguas, sujeitos, culturas e identidades em trânsito no dispositivo migratório e sinalizando a necessidade de práticas inclusivas e pedagógicas voltadas para o acolhimento linguístico e cultural de sujeitos de outras nações.

A adoção do termo PLAc, nesta pesquisa, justifica-se, portanto, não apenas por uma questão terminológica, mas sobretudo pelo sentido social e político que carrega, pois, conforme observa Amado (2013), o uso do termo PLE implicava, muitas vezes, associar o aprendiz à condição de estrangeiro, ou seja, aquele que não pertence. Ao passo que o PLAc se propõe a reconhecer a condição de vulnerabilidade desses sujeitos e a importância do acolhimento humanizado. Deste modo, a escolha dessa nomenclatura reflete um posicionamento ético e social em favor dos direitos linguísticos de migrantes e refugiados, tendo em vista que, consoante Santos (2000), há que pensar em outras arquitetônicas globalizantes com aqueles que estiveram sempre à margem, não legitimados em seus modos de vida, invisibilizados em função de classe social, racialidade, gênero, sexualidade, apenas para citarmos alguns exemplos.

O referido termo tem origem a partir da iniciativa de Portugal que, em 2001, criou o programa *Portugal Acolhe*, posteriormente renomeado para *Português para Todos* (PPT). O programa tinha como objetivo “promover a formação em competências básicas de cidadania e de português, de forma a assegurar aos imigrantes condições que facilitem e potenciem a sua integração na sociedade portuguesa” (Cabete, 2010, p. 57). Esse modelo demonstrou a necessidade de ações estruturadas de ensino de português, inclusive para migrantes oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que, embora compartilhassem a mesma língua oficial, não tinham proficiência adequada para as demandas do cotidiano europeu.

No Brasil, o termo PLAc começou a ser utilizado a partir de 2013, com a publicação do artigo de Rosane Amado, intitulado *Português como Língua de Acolhimento para Refugiados*, inspirado no modelo português, mas adaptado às especificidades brasileiras. Diferentemente de Portugal em que o programa PPT nasceu “como consequência de tratados internacionais firmados no âmbito do

Conselho da Europa” (Lopez, 2022, p. 111), o PLAc, no Brasil, surgiu como resposta emergencial aos fluxos migratórios decorrentes de crises humanitárias, envolvendo pessoas refugiadas de conflitos armados, perseguições político-religiosas e catástrofes naturais.

Embora existam semelhanças quanto ao público a ser atendido entre os dois países, as diferenças estruturais e institucionais são marcantes. Em Portugal, o programa PPT conta com o respaldo do Conselho da Europa, o que lhe confere amplitude e estabilidade. No entanto, no contexto do Mercado Comum do Sul (Mercosul) — bloco do qual o Brasil faz parte — não há iniciativas regionais semelhantes que incentivem a promoção da língua nacional/oficial junto aos migrantes nos países-membros. Além disso, apesar da participação do Brasil na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que recomenda o fortalecimento da língua em contextos internos e externos aos países lusófonos, “não encontramos legislações específicas que pudessem colocar em prática atividades de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa para migrantes dentro do país que tivessem relação com a CPLP” (Lopez, 2022, p. 139).

Foi possível observar, diante desse quadro de grande movimentação e contradição, uma leve modificação nesse cenário a partir de 2010, com o aumento expressivo da entrada de haitianos, sírios e venezuelanos no Brasil, evidenciando a urgência de políticas públicas voltadas ao acolhimento linguístico e cultural dessa população. Desde então, o debate acadêmico e as iniciativas institucionais vêm se fortalecendo, e a institucionalização do PLAc, em programas de pós-graduação, representa hoje um importante instrumento de inserção social, multicultural e acadêmica, além de contribuir para a construção de políticas linguísticas mais inclusivas e humanizadas. Destarte, a seguir, explana-se a respeito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

1.1 O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: FOTOGRAFIAS E PERCURSOS AFIRMATIVOS

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), extensão do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), foi oficialmente implementado em 1981, resultado da cooperação entre a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o

Ministério das Relações Exteriores (MRE). A gênese do PEC-G, em 1965, remonta a um período de forte controle migratório, vinculado ao contexto político da ditadura militar brasileira, que via o ingresso de estrangeiros — principalmente latino-americanos — com desconfiança, receio de subversão ideológica e disputa por recursos educacionais.

Passado aquele período, a partir de 1977, com a chegada dos primeiros estudantes africanos, principalmente de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Nigéria, há uma mudança no perfil dos migrantes atendidos, revelando a ampliação do programa e a incorporação de novas políticas ao seu escopo. Segundo Cabral (2015), este marco simboliza o início de uma reconfiguração nas políticas de acolhimento acadêmico e de cooperação Sul-Sul, alinhadas ao fortalecimento das relações entre o Brasil e os PALOP.

Ademais, com o crescimento da internacionalização do ensino superior brasileiro, o PEC-PG passou a atrair graduados interessados em cursar mestrado e doutorado em instituições brasileiras, visando à construção de capital intelectual e, muitas vezes, à inserção na carreira docente. Essa dimensão insere o programa em uma lógica mais ampla de mobilidade acadêmica e intercâmbio de saberes entre países em desenvolvimento, além de refletir um esforço brasileiro em construir uma política externa solidária e de caráter educativo.

Dados da Divisão de Temas Educacionais (DTE), subordinada ao MRE, indicam que cerca de 3.000 estudantes foram contemplados com bolsas do PEC-PG nos últimos vinte anos (Brasil, 2024). Tais números, embora expressivos, revelam também a necessidade de ampliação das políticas linguísticas e da planificação educacional, de forma a potencializar o impacto do programa na cooperação internacional diante dos altos índices de deslocamento internacional pelo mundo, principalmente do público africano, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Quantidade de migrantes internacionais no mundo (em milhões), por região dos continentes (2000, 2010 e 2017)

Continente	Quantidade de migrantes internacionais		
	2000	2010	2017
África	14,8	17,0	24,7
Ásia	49,2	65,9	79,6
Europa	56,3	70,7	77,9

América Latina e Caribe	6,6	8,2	9,5
América do Norte	40,4	51,0	57,7
Oceania	5,4	7,1	8,4

Fonte: *United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2017).*

A Tabela 1, que apresenta a quantidade de migrantes internacionais no mundo entre 2000 e 2017, revela que a África, embora ocupe a quarta posição em números absolutos, foi o continente com maior crescimento percentual no período: um aumento de 87%, saltando de 14,8 milhões em 2000 para 24,7 milhões em 2017. Esse movimento foi impulsionado por fatores como conflitos armados, instabilidade política, crises econômicas, desemprego, desastres ambientais e mudanças climáticas, além do crescimento populacional acelerado e do fortalecimento de redes migratórias facilitadas pela comunicação digital.

Esse dado reforça o contexto apresentado no tocante aos fatores que impulsionam a migração africana. A alta mobilidade dos africanos, nesse sentido, justifica o crescente interesse de estudantes desse continente em buscar formação no exterior, e o Brasil, através do PEC-PG, apresenta-se como uma alternativa viável, dado o compartilhamento da Língua Portuguesa e a afinidade cultural, especialmente com os PALOP.

A seguir, a Tabela 2 demonstra o número de migrantes da África, por destino (2017).

Tabela 2 – Número de migrantes da África, por destino (2017)

Destino dos migrantes internacionais de África	Quantidade de migrantes (milhões)
Mundo	36,3
África	19,4
Europa	9,3
Ásia	4,4
América do Norte	2,6
Oceania	0,5
América Latina e Caribe	0,1

Fonte: *United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2017).*

A referida tabela ilustra que, dos 36,3 milhões de migrantes africanos em 2017, apenas 0,1 milhão (100 mil) tinham como destino a América Latina e o Caribe — incluindo o Brasil. A maioria permaneceu no próprio continente africano (19,4 milhões) ou migrou para a Europa (9,3 milhões).

Esses números revelam uma subutilização do potencial de cooperação Sul-Sul, sobretudo entre Brasil e África, considerando a proximidade histórica, cultural e linguística. Evidencia-se, pois, um descompasso entre a proposta de aproximação diplomática e cultural entre os dois países supramencionados e os fluxos migratórios efetivos. Vale frisar que, apesar de o Brasil integrar o bloco dos países lusófonos e se colocar como parceiro histórico e cultural do continente africano, a procura pelo país ainda é mínima.

Esse cenário aponta que as ações afirmativas do PEC-PG, embora relevantes, não têm sido suficientes para alterar de forma significativa as dinâmicas migratórias internacionais. Isso corrobora com a necessidade de investir em políticas linguísticas mais eficazes, programas de acolhimento acadêmico e campanhas de divulgação internacional mais articuladas.

Em continuidade, apresenta-se, na tabela seguinte, o número de imigrantes no mercado formal, segundo os principais setores de atividades no Brasil entre 2013 e 2022.

Tabela 3 – Número de imigrantes no mercado formal, segundo principais setores de atividades - Brasil, 2013 - 2022

Setores de atividade	Quantidade de migrantes internacionais
Atividades profissionais diversas	393.000
Educação superior – graduação e pós-graduação	25.000

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra (2023).

Conforme observado, a Tabela 3, por sua vez, ao focar no número de imigrantes inseridos no mercado formal brasileiro, evidencia que o setor de educação superior (graduação e pós-graduação) representa apenas 6,36% dos imigrantes

formalmente empregados no Brasil entre 2013 e 2022 — aproximadamente 25 mil pessoas, diante de um total de 393 mil em outras atividades.

Esses dados robustecem a tese de que, apesar do aumento do fluxo migratório global, o número de estudantes estrangeiros inseridos formalmente nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras ainda é modesto, revelando a limitação prática do PEC-PG. Não obstante, o programa tem boas intenções afirmativas e diplomáticas, pois o alcance efetivo é pequeno frente à demanda potencial, ou seja, demonstra a necessidade de fortalecimento das políticas de acolhimento acadêmico e de reconhecimento da mobilidade estudantil como percurso afirmativo.

É nesse contexto que se inserem as fotografias e os percursos afirmativos promovidos pelo PEC-PG, enquanto mecanismos concretos de promoção da equidade, da reparação histórica e da inclusão educacional de populações afrodescendentes e oriundas de contextos periféricos. A política educacional brasileira, ao acolher estudantes africanos em seus programas de pós-graduação, pode ser compreendida como um vetor de afirmação identitária e reconstrução simbólica, especialmente quando vinculada a uma política linguística decolonial.

Dito isso, os dados apresentados até aqui alertam para a importância de não apenas manter, mas ampliar e divulgar o programa, além de garantir melhores condições de acolhimento e inserção acadêmica e social para esses estudantes, sob risco de a política afirmativa se restringir ao plano simbólico. Além do mais, a inserção de estudantes africanos nas IES brasileiras, por meio do PEC-PG, deve ser compreendida como parte de um percurso afirmativo, de reparação e de fortalecimento das relações internacionais com base em solidariedade, partilha do saber e respeito à diversidade cultural, isto é, em outras palavras, imprescindível para que a política externa brasileira seja orientada por uma lógica de decolonialidade, em que os processos afirmativos não reproduzam as hierarquias herdadas do colonialismo, mas, ao contrário, favoreçam o protagonismo epistêmico dos povos africanos.

1.1.2 Competência Comunicativa Intercultural no ensino e aprendizagem de PLAc: bordas e fronteiras grafocêntricas em território brasileiro

Em consonância com as temáticas propostas neste capítulo, este subtópico propõe-se a apresentar, de forma breve, a trajetória da Competência Comunicativa Intercultural (CCI) como estratégia pedagógica no ensino de PLAc. A partir dos estudos de Byram (1997), a CCI emerge como um desdobramento da Competência Comunicativa (CC), conceito inicialmente proposto por Hymes (1972). Surge, então, o questionamento: o que significa, de fato, essa competência e qual a sua importância no contexto do ensino PLAc, sobretudo quando se pensa no Português Brasileiro (PB)?

De modo geral, conforme Byram (1997), a CCI visa a possibilitar que o indivíduo interaja de forma eficaz e ética com pessoas de diferentes culturas, desenvolvendo não apenas competências linguísticas e sociolinguísticas, mas também discursivas, comportamentais e atitudinais. Ou seja, dominar o código linguístico não é suficiente para atender às demandas de um mundo globalizado em que os fluxos migratórios se intensificam — sobretudo de países africanos — e colocam em evidência a necessidade de interações interculturais mais sensíveis e contextualizadas.

Nesse cenário, o movimento migratório de estudantes africanos para o Brasil, iniciado nos anos 1950, ganha força a partir da década de 1970, conforme aponta Mungoi (2006). Esses estudantes deixam suas nações em busca de qualificação acadêmica e melhores condições de vida, além do desejo de contribuir para a transformação social em seus países de origem, frequentemente marcados por profundas desigualdades.

Ao chegar ao Brasil, esse público enfrenta o desafio do contato intercultural, que, apesar de encontrar semelhanças, também se caracteriza por diferenças significativas, não apenas culturais, mas também linguísticas. Além disso, convivem com situações de discriminação racial e preconceito, em razão de seu fenótipo e da construção estereotipada da imagem da África no imaginário social brasileiro. Sobre isso, Mungoi (2006) reflete sobre essa experiência, ressaltando a violência simbólica e social sofrida por esses sujeitos.

Por conseguinte, é importante destacar que a inserção desses estudantes não se limita ao ambiente acadêmico. No cotidiano, precisam lidar com diversas situações,

como atendimento médico, serviços públicos e burocracias, que exigem domínio funcional da língua e, principalmente, competências interculturais para se movimentarem nesses espaços. Assim, o ensino da língua não deve restringir-se ao domínio do léxico e das estruturas gramaticais. A linguagem, como defende Bakhtin, é, antes de tudo, uma prática social:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 2006, p. 125).

Dessa forma, o domínio da língua do país de acolhimento e seu uso eficaz são fatores determinantes para que os imigrantes possam exercer plenamente seus direitos e se integrar à sociedade. Logo, a linguagem deve ser compreendida como um elo entre cultura, identidade e convivência social, mediando as relações entre os que chegam e os que acolhem.

Assim, ao tratar de língua de acolhimento, fala-se também de diversidade cultural e identitária, pois cada sujeito carrega consigo sua bagagem cultural, que o torna singular e, ao mesmo tempo, atravessado pelas interações com o outro. O cenário intercultural, portanto, não deve ser visto como um obstáculo, mas como uma oportunidade de aprendizado mútuo e fortalecimento do sentido de acolhimento.

Nessa perspectiva, vale recorrer à etimologia da palavra *acolher*, que deriva do latim *acolligere*, significando “levar em consideração, receber, juntar”. Esse sentido original já indica o caminho que deve orientar o ensino de línguas para migrantes: considerar as diferenças e utilizá-las como recurso pedagógico no processo de acolhimento.

Por isso, é fundamental adotar os pressupostos da CCI no ensino de PLAc. Segundo São Bernardo (2016, p. 44), “o ensino da língua em conformidade com a abordagem intercultural visa a ajudar pessoas de origens culturais diferentes a se comunicarem com sucesso através da aquisição de uma nova língua”. Em outras palavras, isso significa valorizar as trocas culturais, respeitar as diferenças e promover o desenvolvimento de competências que permitam ao sujeito migrante participar ativamente da sociedade de acolhimento em todas as suas dimensões.

1.1.3 Diversidade linguística e pluricentrismo: perspectivas para o ensino de PLAc no Brasil para estudantes de Pós-Graduação dos PALOP

Como discutido no subitem anterior, o domínio do código linguístico, por si só, não assegura uma comunicação eficaz nas práticas cotidianas, mas deve levar em conta uma base da interculturalidade. Nesse sentido, a partir daqui, propõem-se reflexões sobre a variação linguística e o conceito de língua pluricêntrica, com o objetivo de reforçar a importância de uma abordagem no ensino de PLAc que considere não apenas as normas estruturais da língua, mas também as dimensões sociais, políticas, históricas, culturais e econômicas que as atravessam. Tal perspectiva, fundamentada nos pressupostos sociointeracionistas de Koch (1992) e Marcuschi (1986), valoriza as variedades linguísticas em detrimento de uma visão exclusivamente normativa e colonialista.

O conceito de língua pluricêntrica refere-se a línguas que possuem mais de um centro normativo ou variedades nacionais reconhecidas oficialmente, cujas normas linguísticas convivem de maneira legítima e institucionalizada. Conforme Clyne (*apud* Macário, 2022), trata-se de línguas cujos diferentes centros compartilham uma mesma base estrutural, mas que desenvolvem normas próprias de uso, reconhecidas social, cultural e politicamente em seus respectivos territórios. No caso da Língua Portuguesa, essa condição se evidencia pela existência de variedades nacionais na CPLP, o que faz com que o português seja considerado uma língua pluricêntrica.

Essa característica implica reconhecer que não há uma única norma legítima e válida para todos os contextos de uso, mas sim normas que dialogam com as realidades sociais e culturais de cada comunidade de fala, de acordo com Bagno, (2019). A partir desse entendimento, torna-se fundamental que políticas linguísticas e instrumentos de avaliação de proficiência, como o Celpe-Bras, considerem a diversidade normativa e a pluralidade de usos do português, sobretudo no contexto dos PALOP, para promover a equidade linguística e respeitar as particularidades identitárias de seus falantes.

A partir desta constatação e por meio dela, Marcuschi (2010) assevera que é imprescindível reconhecer que as línguas existem para atender às necessidades comunicativas das sociedades e não o contrário. Assim, o uso social da língua deve

orientar o processo de ensino-aprendizagem, priorizando os contextos de uso reais e significativos, em vez de normas cristalizadas e muitas vezes alheias às práticas linguísticas dos falantes. De modo sistêmico, os processos históricos e sociais que condicionam a evolução e a variação linguística não são fortuitos, mas diretamente relacionados aos usos e necessidades específicas de cada comunidade linguística.

Nesse sentido, Bright (*apud* Calvet, 2002) já apontava que “uma das maiores tarefas da sociolinguística é mostrar que a variação ou a diversidade não é livre, mas correlata às diferenças sociais sistemáticas”. Ou seja, as diferentes formas de uso linguístico refletem as demandas, as estruturas e os valores das comunidades em que se inserem. Logo, não há hierarquia entre as línguas ou suas variedades, mas sim adaptações legítimas às realidades de seus falantes. Essa premissa é particularmente relevante quando se considera a circulação do português pelos PALOP e seu contato com as línguas autóctones, que reconfiguraram a língua para atender às especificidades socioculturais desses contextos.

No entanto, embora a Língua Portuguesa possua diferentes *status* e graus de oficialização nos PALOP, como no caso do português angolano, que ainda carece de uma gramática normativa oficial, os estudantes desses países, ao chegarem ao Brasil, carregam marcas de suas variedades nacionais do português. Isso, contudo, não significa inferioridade linguística, mas sim expressões legítimas de uma língua pluricêntrica. Assim, é papel das IES brasileiras promover o reconhecimento e a valorização dessas variedades, combatendo o preconceito linguístico e acolhendo esses estudantes de maneira respeitosa e inclusiva, de forma a garantir-lhes plenos direitos acadêmicos e sociais.

É importante destacar que, nos PALOP, o português sofreu variações significativas devido ao contato histórico com as línguas locais, estabelecendo-se como língua de contato, adaptação e resistência. Esse processo gerou novas configurações linguísticas e culturais, que impactam diretamente a experiência de estudantes africanos em programas de pós-graduação brasileiros. Por isso, a abordagem pedagógica no ensino de PLAc deve considerar as contribuições da Sociolinguística Variacionista, que, segundo Labov (1978), compreende as variantes linguísticas como formas distintas de dizer a mesma coisa, determinadas por fatores sociais, situacionais e contextuais.

A esse respeito, Pontes (2014) destaca a importância de considerar os três tipos de variação linguística propostos por Tarallo (2005) no ensino de PLAc: a

variação diatópica (diferenças geográficas), a variação diastrática (diferenças sociais, como gênero, idade, etnia) e a variação diafásica (diferenças relacionadas aos estilos de linguagem adequados às situações comunicativas). Entre essas, a diatópica merece atenção especial, dada a diversidade geográfica dos falantes de português e as diferenças significativas entre o português africano e o brasileiro.

Cabe também refletir sobre o mito da estabilidade da Língua Portuguesa no Brasil com feições europeístas, mas com traços que a definem como português brasileiro (PB). Conforme Bagno (2007), esse equívoco, presente até entre ditos intelectuais, gera prejuízos ao desenvolvimento educacional e à valorização da pluralidade linguística nacional, além de contribuir para a deslegitimação das variedades africanas da LP, por exemplo. Ao negar a diversidade linguística no Brasil, reforça-se uma perspectiva monolítica e excludente, que impede o reconhecimento de outras formas legítimas de uso do português — como o português africano — no espaço acadêmico e social.

Nesse panorama, é oportuno destacar as propostas de Wilson (2021), que defende a promoção de identidades linguísticas plurinacionais e multiculturais no espaço lusófono, alinhadas às reflexões de Echeverría (2020), Fonseca (2019; 2010) e Lopes (2000). Embora avanços sejam perceptíveis, há um longo caminho a percorrer. Como salienta Bagno (2007), uma das mudanças mais acessíveis a todos é a mudança de atitude: reconhecer e valorizar a diversidade linguística que torna o português uma das maiores e mais pluricêntricas línguas do mundo, elevando a autoestima linguística dos falantes africanos e de outras comunidades.

Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2004, p. 35) aponta que “a pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental”. Ou seja, a luta contra o preconceito linguístico deve iniciar-se desde a infância e estender-se a todos os níveis educacionais, incluindo a pós-graduação, especialmente no contexto de mobilidade acadêmica internacional.

Adicionalmente, a inserção de estudantes dos PALOP no Brasil, por meio de programas como o PEC-PG, pode ser entendida como parte de percursos afirmativos que visam não apenas à qualificação acadêmica, mas também à valorização cultural e linguística desses estudantes. Como destaca Amaral (2013), a cooperação educacional só se torna emancipadora quando articula o ensino superior à promoção da equidade social e ao reconhecimento das identidades locais. Assim, é fundamental

que o ensino de PLAc reconheça e incorpore as marcas das variedades africanas do português, reafirmando a importância de uma política linguística inclusiva e decolonial no espaço acadêmico brasileiro.

Em síntese, espera-se que, a partir de uma mudança de postura e da incorporação de práticas pedagógicas sensíveis à variação linguística e à natureza pluricêntrica da Língua Portuguesa, seja possível minimizar os efeitos do preconceito linguístico e construir um ambiente acadêmico mais inclusivo e representativo da diversidade cultural e linguística dos países lusófonos. Esta reflexão, por sua vez, conduz à necessidade de discutir as políticas e o planejamento linguístico no Brasil, temas que serão abordados no capítulo seguinte.

2 POLÍTICAS, PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO: REFLEXÕES PROSPECTIVAS

Neste capítulo, busca-se articular as concepções de políticas linguísticas e planejamento linguístico com a promoção e difusão da Língua Portuguesa no Brasil e no mundo, relacionando-as aos movimentos migratórios contemporâneos, sobretudo de estudantes oriundos de PALOP. Nessa perspectiva, ao considerar a promoção da Língua Portuguesa, reforça-se a tese de que é indispensável refletir sobre as práticas de acolhimento linguístico e a importância de políticas afirmativas que minimizem as situações de vulnerabilidade social e cultural enfrentadas por esses sujeitos por meio da institucionalização e acolhimento de povos, línguas e culturas na sua idiossincrasia.

Ao falar de internacionalização de uma língua, é impossível dissociá-la das políticas linguísticas, que, para Calvet (2007, p. 11), esse termo refere-se à “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”. Essas decisões, em sua maioria, são de competência dos órgãos oficiais do Estado, mas podem também ser mobilizadas por instituições privadas. Contudo, o Estado é quem detém a competência exclusiva para definir e implementar essas decisões no âmbito social, o que caracteriza o planejamento linguístico, que, segundo o mesmo autor, é “a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (Calvet, 2007, p. 133).

Ao longo da história do Brasil, políticas de língua foram utilizadas como instrumento de dominação e controle social, a exemplo da Lei do Diretório dos Índios (1757), que proibiu o uso das línguas indígenas e impôs o português como língua oficial. Apesar de motivada por interesses políticos e econômicos, essa medida inaugurou no território brasileiro ações de política linguística com forte caráter impositivo e aculturador (Oliveira; Correa, 2009). Destacando que as políticas de língua dizem respeito às decisões e medidas concretas sobre o uso e *status* das línguas em determinado contexto, enquanto políticas linguísticas abrangem a reflexão e análise crítica sobre essas ações e suas implicações sociais e políticas. Assim, esse cenário evidencia a relação histórica entre língua e poder, que ainda se manifesta nos processos atuais de internacionalização da Língua Portuguesa.

A partir da concepção de internacionalização *lato sensu*, proposta por Mulinacci (*apud* Albuquerque, 2022), entende-se esse processo como um conjunto de

políticas e práticas voltadas à promoção, expansão e manutenção da língua para conquistar novos falantes e espaços socioculturais. Essa expansão não depende apenas da imposição, mas também de estratégias de atração cultural e acadêmica, como defende Nye Jr. (*apud* Grayley, 2019), ao conceituar o *soft power* — poder suave — como método eficaz de promoção linguística, a exemplo da circulação de telenovelas brasileiras em mais de 120 países, que disseminam o português e aspectos culturais brasileiros de forma sutil e eficaz.

Nesse sentido, o Brasil tem desempenhado um papel relevante na promoção do português, especialmente junto aos países lusófonos africanos. Os movimentos migratórios de estudantes dos PALOP para o Brasil, por meio de programas de mobilidade acadêmica e convênios de pós-graduação *stricto sensu*, são exemplos desse intercâmbio. Esses fluxos não apenas potencializam a difusão da língua, mas também demandam políticas de acolhimento e inclusão linguística para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Por outro lado, Müller (2013) ressalta que a internacionalização de uma língua não é sinônimo de exportação. Ela pode e deve ocorrer internamente, valorizando a presença de falantes estrangeiros em instituições de ensino, bibliotecas e centros culturais. Nesse contexto, a universidade assume papel central, ao receber estudantes estrangeiros para formação em regime de imersão linguística e cultural, fortalecendo as relações internacionais e formando agentes multiplicadores da cultura e Língua Portuguesa.

Um marco significativo nesse processo foi a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)² e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)³, no ano de 2010. Instituídas com o

² A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. As atividades administrativas e acadêmicas da Unilab se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a Unilab está presente no município de São Francisco do Conde (Portal da Universidade).

³ A UNILA começou a ser estruturada em 2007 pela Comissão de Implantação com a proposta de criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal

propósito de formar pessoas que contribuam para o desenvolvimento de seus países, especialmente das nações africanas lusófonas e da América Latina, a UNILAB e a UNILA foram criadas como IES que privilegiam e atuam como importante instrumento de política linguística e educacional, promovendo intercâmbio cultural, científico e acadêmico em que a primeira tem uma política de acolhimento e de acordo bilateral com países africanos, enquanto que a segunda, mantém uma estreita relação de acolhida para América Latina e Hispânica, cujo espanhol é língua materna desses povos em região de fronteiras ou não com o Brasil. Sua missão institucional contempla não apenas a formação profissional, mas a valorização do patrimônio linguístico e intercultural partilhado pela comunidade de países de LP, conforme podemos ver nas figuras abaixo da UNILAB e UNILA:

Figura 01 – Estudantes na fachada da UNILAB



do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. No dia 12 de dezembro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ao Congresso Nacional, o projeto de lei que viria, mais tarde, a criar a UNILA. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade em todas as comissões, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. No dia 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189 foi sancionada. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. CNPJ: 11.806.275/0001-33 (Portal da IES).

Fonte: UNILAB (2025)

Figura 02 – Estudantes na UNILA



Fonte: UNILA (2025)

Assim, Barros; Nogueira (2015) identificam três dimensões fundamentais para esse tipo de política de promoção linguística: a econômica, ao qualificar mão de obra e favorecer o desenvolvimento econômico; a política, ao promover aproximação entre estados e povos por meio da solidariedade e do respeito; e a cultural, ao estreitar laços baseados em valores de tolerância e compreensão mútua, mediados pela convivência, aprendizado do idioma e troca de experiências.

Nesse íterim, as políticas e o planejamento linguístico que envolvem a promoção da LP e o acolhimento de estudantes dos PALOP estão imbricados em um processo maior de internacionalização. Esse movimento reforça a valorização do idioma não apenas como patrimônio imaterial, mas também ativo político e cultural estratégico, conforme defende Grayley (2019), ao argumentar que a geopolítica das línguas deve ser considerada como ferramenta de projeção internacional e de fortalecimento identitário no cenário global.

Ao integrar as ações de promoção linguística com políticas de acolhimento no Brasil, amplia-se o alcance da Língua Portuguesa, que se consolida como língua de

mobilidade acadêmica, solidariedade e aproximação cultural. Portanto, o Brasil contribui tanto para a expansão da língua, quanto para a redução das vulnerabilidades sociais e culturais enfrentadas pelos/as estudantes, reafirmando a importância das políticas linguísticas na construção de sociedades mais plurais e inclusivas.

2.1 EXAME PARA CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA PLURICÊNTRICA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS)

Incorporando os pressupostos da Competência Comunicativa Intercultural (CCI) e visando a analisar os aspectos avaliados pelo Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), ao considerar um marco histórico ao desenvolvimento do referido exame até a atualidade para ingresso de estudantes ao ensino superior. Para tanto, destaca-se o conteúdo publicado por Santos Júnior (s.d.) e Diniz (s.d.), os quais apresentam uma entrevista concedida por Scaramucci (2019), membra da Comissão Técnico-Científica do Celpe-Bras e uma das idealizadoras do exame. Além disso, as contribuições do Documento Base do Exame Celpe-Bras⁴ são fundamentais para a compreensão de sua estrutura e princípios avaliativos.

Nessa perspectiva, o Celpe-Bras tem como objetivo avaliar a capacidade comunicativa do candidato em situações reais de uso da Língua Portuguesa, ou seja, sua proficiência funcional. O exame surgiu em 1993, inicialmente vinculado ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), quando foi instituída uma comissão de especialistas para desenvolver um instrumento que atendesse às necessidades de seleção de estudantes estrangeiros. O ponto de partida para a criação do exame foi o Parecer n.º 484/89 do Conselho Federal de Educação, homologado em 1.º de outubro de 1992, e a posterior padronização do teste pela Comissão Permanente constituída pela Portaria n.º 500, de 7 de abril de 1994.

Embora tenha sido concebido em 1993, a primeira edição do Celpe-Bras ocorreu apenas em 1998, inicialmente conferindo certificados em dois níveis: parcial e pleno. Com o tempo, conforme aponta Scaramucci (2019), verificou-se a dificuldade de delimitação entre esses dois níveis, dada a complexidade do exame e a heterogeneidade dos candidatos. Assim, a partir de 2019, a certificação passou a

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/documento-base-do-exame-celpe-bras>. Acesso em: 10 jul 24.

contemplar quatro níveis: Intermediário, Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior, definidos com base em critérios linguísticos mais precisos. Como destaca Scaramucci (2019, p. 168):

Tomamos a decisão de desdobrar os níveis em quatro e denominá-los diferentemente, fazendo a distinção entre o Intermediário e o Intermediário Superior, e entre o Avançado e o Avançado Superior, tomando o componente linguístico como base para essa diferenciação.

Essa mudança buscou reduzir as disparidades observadas anteriormente, reconhecendo que a progressão de proficiência em uma língua não se dá de forma estanque, mas em *continuum*. Vê-se abaixo como são classificados os níveis do exame:

Figura 03 – Níveis de classificação de proficiência



Fonte: Scaramucci (2019)

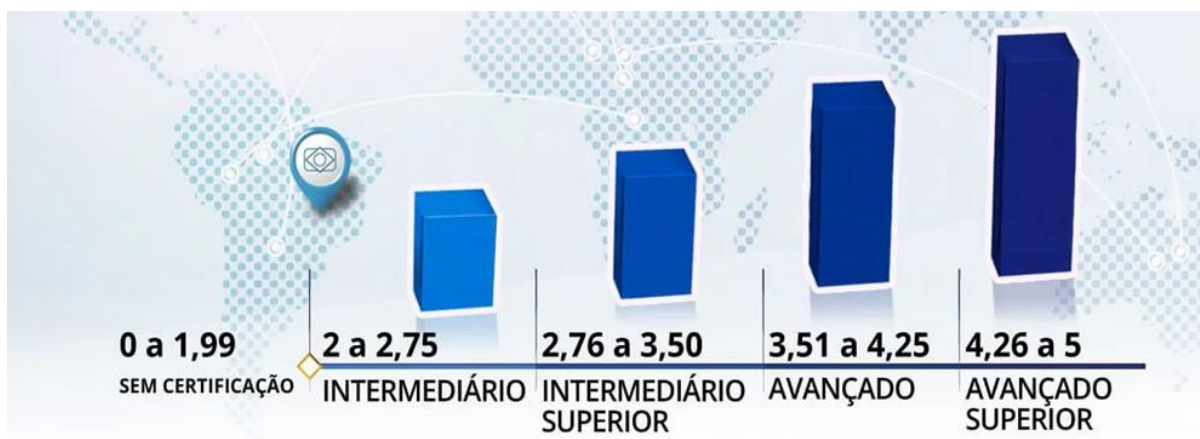
A partir desta constatação, a comissão responsável reformulou as descrições gerais de cada nível de proficiência e definiu que todos seriam avaliados por meio de um único exame, priorizando a qualidade do desempenho demonstrado pelo

candidato. Atualmente, uma comissão técnico-científica, de caráter consultivo, é responsável pela elaboração e aplicação do Celpe-Bras. Seus membros são professores especialistas na área de avaliação e ensino de português para falantes de outras línguas, selecionados por meio de chamada pública, o que confere ao exame credibilidade e reconhecimento nacional e internacional.

Entretanto, apesar dos avanços, Scaramucci (2019) ressalta a necessidade da constituição de um conselho consultivo composto por representantes da CAPES, do CNPq e do Ministério das Relações Exteriores e Itamaraty, já que, segundo ela, esses órgãos de instância federativa, “ao mesmo tempo são usuários de seus resultados e também agências de fomento à pesquisa, podendo contemplá-lo em suas políticas” (Scaramucci, 2019, p. 173). Portanto, a integração dessas instituições fortaleceria a legitimidade do exame e ampliaria suas possibilidades de impacto no cenário educacional e científico.

Destaca-se que tanto a CAPES quanto o CNPq têm como atribuições investir na formação de recursos humanos de alto nível e fomentar a pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Essas competências dialogam diretamente com o propósito do Celpe-Bras, sobretudo no que tange à avaliação de estudantes estrangeiros de pós-graduação e à valorização da diversidade linguística do português, especialmente no caso dos PALOP. Essa dinâmica exige que os/as candidatos/as procurem expressar com precisão e sem esforço qualquer assunto, tanto oral como por escrito. O percentual pode ser visto da seguinte forma para (des)classificação:

Gráfico 1 – Percentual para (des)classificação no Exame Celpe-Bras



Fonte: Celpe-Bras (2019)

Vale frisar que, embora a LP seja a língua oficial de alguns países africanos, alguns desses países têm dificuldade de implantar o português em seu sistema de ensino devido à falta de professores com proficiência no padrão europeu. Angola, por exemplo, está em processo inicial para definir seu “padrão” de português e, devido a isso, seu sistema de ensino ainda está norteado pelo padrão europeu, pois os livros didáticos são escritos na norma europeia. Todavia, as línguas autóctones em Angola, mesmo com o risco de desaparecerem, ainda se apresentam em grande número (especialmente afastadas dos centros urbanos). Cada uma dessas línguas em contato com o português gera outras variações, dessa forma pode-se compreender a complexidade do quadro linguístico de Angola, como também dos PALOP.

Nesse sentido, é importante salientar acerca de até que ponto a afirmação de que o português falado em Angola é de Portugal. Pelos dados, parece haver uma visão equivocada ou já se exauriu. Ora, no Brasil, o português passou e passa por variações que atendem às necessidades dentro do contexto social, cultural, político e econômico do país e, nesse contexto, avança-se muito na questão do pertencimento da Língua Portuguesa e de seus falantes à nossa identidade cultural.

Do mesmo modo, nos PALOP, as variações do português surgem de acordo com as necessidades de cada povo, o que lhes falta é legitimar essas variedades através da instrumentalização, por exemplo, de uma gramática pluricêntrica, conforme aponta Timbane (2023). Esta legitimação, segundo ele, elevaria autoestima linguística e, conseqüentemente, inferimos que a sensação de pertencimento dos usuários da língua também seguiria a mesma dinâmica. Por isso, é necessário que o exame de proficiência utilizado para selecionar candidatos oriundos de PALOP deve deixar claro, de um modo geral, que consideram as variações do português presentes naqueles países.

Em continuidade ao Celpe-Bras, na visão de Scaramucci (2019), desde o surgimento do exame até os dias atuais, são notáveis os avanços em todos os aspectos. O alcance do exame, por exemplo saltou de 127 candidatos em sua primeira edição para 7.442 participantes em 2018^[4] e, dessa forma, ele se tornou um instrumento importantíssimo de política linguística do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que demonstra a importância que o português tem ganhado no mundo.

No entanto, a pesquisadora e pioneira do Celpe-Bras pontua algumas ações para melhorar ainda mais, dentre elas, julga-se como uma das principais a questão de que ainda falta “um real reconhecimento da importância do exame na promoção da

nossa língua” (Scaramucci, p.170). Isto é, essa reflexão converge com a do parágrafo anterior, pois ter em mente essa importância do exame para a promoção da Língua Portuguesa, a ponto de somar todos os esforços dos países de Língua Portuguesa (PLP) ao invés de subtrair suas diferenças/variações, fortaleceria as políticas linguísticas de internacionalização da língua como pluricêntrica – como explana-se logo no subtópico a seguir.

2. 1. 2 Plurilinguismo, identidade, cultura e representação: a LP como elemento de unificação entre nações lusofônicas

Numa visão paradoxal da contemporaneidade, o mundo globalizado aproximou e distanciou povos, línguas e culturas outrora separadas por longas distâncias geográficas, tornando cada vez mais evidente a complexidade das relações linguísticas e culturais que emergem dele. Nesse cenário, o *plurilinguismo* apresenta-se como uma realidade incontornável, desafiando Estados e instituições a planejarem e gerirem suas políticas linguísticas com responsabilidade e sensibilidade cultural. Como aponta Calvet (2002), o contato entre línguas não implica, sobretudo, problemas de comunicação social, os quais exigem soluções concretas e éticas, especialmente quando comunidades plurilíngues convivem sem um código comum.

Sobre os PALOP, há forte evidência desta tensão entre a gestão da diversidade linguística e as heranças coloniais ainda persistentes. Muitos desses Estados optaram pelo português como língua oficial, enquanto suas línguas autóctones seguem marginalizadas, ameaçadas de desaparecer sem registro escrito ou reconhecimento formal. Nessa direção, Moçambique convive com o risco de extinção de línguas como o *ronga*, *xichanga* e o *xitswa* (Abdula *et al.*, 2017). Isso revela o legado da colonização que utilizou a língua como instrumento de dominação, impondo o português como única língua legítima em contextos oficiais e educacionais.

Essa realidade remete à concepção de diglossia, descrita por Ferguson (*apud* Calvet, 2002), na qual duas variedades linguísticas coexistem, sendo uma considerada superior (variedade alta) e a outra, inferior (variedade baixa). No caso dos PALOP, as línguas locais foram historicamente rebaixadas, e o português, enquanto herança europeia, segue como símbolo de prestígio social e poder político. Entretanto, como lembra Rajagopalan (2003, p. 69), “as línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria. Logo quem transita entre

diversos idiomas está redefinindo sua própria identidade”, ou seja, a língua é expressão de identidade e quem transita entre idiomas inevitavelmente redefine sua identidade cultural e social. O que robustece o paradoxo vivido por muitos africanos lusófonos: a convivência entre uma língua oficial imposta e as línguas maternas que resistem como forma de afirmação identitária.

Ao refletir sobre a internacionalização da Língua Portuguesa e sua promoção enquanto língua de acolhimento em diferentes contextos, conforme apresentados pelo Brasil, torna-se imprescindível considerar os riscos de reprodução de desigualdades e apagamentos linguísticos. A gestão dessas políticas precisa equilibrar a valorização da LP como elo cultural e comunicacional entre os países lusófonos e o respeito às línguas locais e suas identidades, como bem pontua Calvet (2007), ao afirmar que em situações de plurilinguismo, os Estados podem promover, suprimir ou equilibrar o *status* das línguas, o que demanda escolhas éticas e politicamente conscientes.

No plano das políticas educacionais e de cooperação internacional, a experiência da França e de Portugal revelam riscos de abordagens pouco sensíveis ao plurilinguismo. A França, segundo Calvet (2007, p. 143), ignora as línguas ditas “parceiras” e despreza o plurilinguismo em suas políticas internas. Portugal, por sua vez, priorizou políticas de ensino de português como língua não materna para imigrantes europeus apenas após a chegada de ucranianos, mesmo já havendo significativa presença de africanos lusófonos em seu território desde a década de 1980, como pontua Pinto (2008).

Esse histórico de exclusões e políticas assimétricas se reflete também na relação entre os PALOP e a CPLP. Embora a comunidade lusófona se proponha como espaço de cooperação linguística e cultural, é preciso questionar a quem realmente serve a promoção da LP e de que maneira ela é conduzida para evitar repetir os erros do passado colonial. Como destaca Benedict (*apud* Laraia, 1986), a cultura funciona como uma lente através da qual os indivíduos percebem o mundo, e decisões tomadas sem considerar a cultura local tendem a reforçar desigualdades históricas.

Nesse contexto, a LP ocupa um lugar ambíguo em países como Angola e Guiné-Bissau, onde substitui progressivamente as línguas nacionais e o crioulo, como denuncia Malaia (*apud* Vilela, 1999). Esse fenômeno resulta não apenas da ausência de sistemas de escrita padronizados para essas línguas, como observa Calvet (2007), mas também de interesses políticos e sociais que associam o português à modernidade e às oportunidades socioeconômicas. Marcuschi adverte que a escrita

e os letramentos são essenciais à sobrevivência no mundo moderno, o que explica, em parte, a adoção do português em detrimento das línguas autóctones.

[...] enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno (Marcuschi, 2010, p. 16).

Dessa forma, a promoção da LP não pode se dissociar das realidades plurilinguísticas em que está inserida. A imposição de um padrão único de português contribui para a descaracterização cultural dos povos africanos lusófonos, comprometendo o direito à sua identidade linguística e cultural. Por isso, é fundamental legitimar as variedades africanas do português e reconhecê-las como legítimos centros de irradiação e produção cultural e linguística dentro da lusofonia. Diante disso, reflete-se no tocante às línguas pluricêntricas que são de acordo com Batoréo (2014):

as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do standard tradicional e historicamente estabelecido como “desvio” da norma (Batoréo, 2014, p. 2).

Em outras palavras, as línguas pluricêntricas são aquelas que admitem diferentes normas nacionais próprias, superando a visão de que as variedades mais distantes seriam meros desvios da norma padrão.

Para tanto, iniciativas como a proposta de Timbane (2022) de uma gramática pluricêntrica para a LP ganham relevância estratégica, pois contribuem para a valorização das variedades africanas e para a construção de uma política linguística inclusiva e respeitosa das particularidades locais. Além disso, a circulação internacional de estudantes de pós-graduação africanos em instituições brasileiras, como a UNILAB, desempenha papel importante na formação de quadros que poderão atuar como agentes de transformação social e linguística em seus países de origem, reforçando a necessidade de uma CPLP verdadeiramente plural e democrática.

Em suma, a promoção da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento e de internacionalização deve ocorrer de maneira dialógica, considerando as demandas dos países parceiros, suas línguas locais e as identidades em permanente construção. Como afirmou José Saramago (2003), não há uma única língua portuguesa, mas várias línguas em português. Reconhecer e legitimar essa pluralidade é condição indispensável para que a LP se afirme não como instrumento de dominação, mas como espaço de encontro e respeito entre as nações lusófonas. Destarte, apresenta-se o próximo capítulo que trata acerca do percurso metodológico da pesquisa, sucedida, assim, pela análise do *corpus*.

3 ESCORÇO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, discorre-se sobre o trajeto metodológico percorrido para a realização desta pesquisa e, por conseguinte, esta investigação é de natureza qualitativa e adota uma abordagem crítica-colaborativa, com base nos fundamentos da pesquisa aplicada às ciências humanas e sociais.

O percurso metodológico foi guiado a partir da complexidade do objeto investigado, qual seja, a Política Linguística voltada à institucionalização do PLAc nos programas de pós-graduação no Brasil, contemplando as 05 regiões brasileiras. Como afirmam Prodonov; Freitas (2013, p. 70), “a escolha do método e da técnica deve estar em consonância com o problema de pesquisa e com os objetivos traçados”, o que implica em uma coerência entre os propósitos do estudo e a estratégia metodológica adotada.

Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar métodos e técnicas disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. [...] A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14).

A perspectiva adotada também se ancora na concepção de pesquisa como processo sistemático e planejado, conforme enfatizado por Lakatos; Marconi (2003, p. 83), “a pesquisa científica não é uma simples coleta de dados, mas um conjunto de atividades racionais e sistemáticas que visam descobrir respostas aos problemas propostos mediante o emprego dos instrumentos científicos”. Assim, esta investigação busca não apenas descrever e mapear o *corpus* em análise, mas também identificar temáticas, tendências e implicações das abordagens para o acolhimento linguístico de imigrantes, com vistas a oferecer contribuições relevantes à área da Política Linguística no contexto da institucionalização do Português como Língua de Acolhimento.

3.1 MOVIMENTO DA PESQUISA CRÍTICO-COLABORATIVA: FUNDAMENTOS E MOTIVAÇÃO

Quanto à natureza, a pesquisa crítico-colaborativa foi escolhida por permitir uma abordagem mais engajada e reflexiva sobre a realidade acadêmica e que valoriza o diálogo entre pesquisador/a e os contextos investigados. Nesse sentido, Prodonov; Freitas (2013, p. 71) reforçam que “a pesquisa deve contribuir com soluções práticas e, ao mesmo tempo, gerar conhecimento que aprofunde a compreensão teórica dos fenômenos estudados”.

Em síntese, a escolha pelo viés crítico-colaborativo justifica-se pela necessidade de compreender como as universidades, por meio de seus programas de pós-graduação (leia-se dissertação de mestrado), têm articulado a promoção da Língua Portuguesa como forma de acolhimento, analisando os desafios e conquistas dessas políticas linguísticas sob a ótica de seus próprios agenciadores e pela mobilização dos protagonistas. Além disso, busca-se refletir criticamente a respeito dos desafios e potencialidades dessas ações nessas instituições, colaborando para o fortalecimento de políticas linguísticas mais inclusivas e para o avanço teórico da área.

3.2 O CONTEXTO DA PESQUISA E A COLETA DE DADOS

O contexto da pesquisa envolve os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Letras, Linguística, Estudos de Linguagem, Língua e Cultura, Filologia e Língua Portuguesa e áreas afins das universidades públicas brasileiras, distribuídos pelas cinco regiões do Brasil. O recorte regional visa a garantir uma análise plural e representativa, contemplando a diversidade de políticas institucionais e ações de acolhimento linguístico que não fiquem instanciadas nos grandes polos regionais Sul e Sudeste.

Neste sentido, esta pesquisa insere-se, portanto, em um espaço problematizador que tem sido atravessado por transformações impulsionadas tanto pela crescente internacionalização e expansão do ensino superior no Brasil, quanto pelo aumento da mobilidade humana em função de fluxos migratórios diversos por acordos bilaterais. Além disso, as ações relacionadas à institucionalização do PLAc revelam dinâmicas que envolvem desde decisões político-institucionais até práticas

pedagógicas e curriculares, o que demanda uma investigação capaz de captar essas múltiplas dimensões no campo da política linguística.

Para dar conta dessas intencionalidades, escolhemos 05 universidades cujos programas oferecem como linhas de pesquisa português como língua de acolhimento, estrangeira, política linguística no escopo da Linguística Aplicada Crítica, Transgressiva e Mestiça (Lopes, 2013) que começa, no Brasil, de forma mais institucionalizada no final dos anos 1960 nas mãos de Celani da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Assim, levamos em conta o filtro na plataforma CAPES, as 05 dissertações de mestrado, especificamente os seus RESUMOS para composição do *corpus* desta pesquisa. Para tanto, os critérios adotados foram: (1) estarem alinhadas às políticas linguísticas voltadas para a implementação da institucionalização do PLAc abordada; (2) os Programas nas suas linhas de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil deveriam abordar as temáticas atinentes ao acolhimento de imigrantes e para a internacionalização da Língua Portuguesa e (3) as pesquisas deveriam contemplar a periodicidade de 2014 a 2024. Para alcançar os objetivos propostos, os principais instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa documental e a análise de conteúdo dos Resumos de dissertações disponíveis em bases de dados institucionais do banco de teses e dissertações da CAPES.

A análise documental, segundo Lakatos; Marconi (2003, p. 158), “é uma técnica de investigação que consiste na seleção, leitura, interpretação e análise crítica de documentos, com o objetivo de obter informações relevantes ao problema estudado”. Nesse sentido, a análise desses documentos permite não apenas levantar informações sobre a produção científica existente nas universidades brasileiras, mas também interpretar criticamente os rumos e impactos dessas pesquisas no campo acadêmico e social. Assim, a técnica documental se alinha diretamente aos objetivos da pesquisa, uma vez que possibilita mapear, identificar e avaliar os estudos desenvolvidos, oferecendo subsídios para uma reflexão mais ampla sobre as Políticas Linguísticas institucionais e seus desdobramentos na promoção da Língua Portuguesa como língua de acolhimento. Antes, porém, vamos conhecer um pouco o Programa de Mestrado em Letras/Linguística e afins de cada IES escolhida para termos uma dimensão melhor de como funcionam as áreas de concentração e linhas de pesquisa.

I - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Área de Concentração: Estudos Linguísticos

Linha 01: *Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais.*

Abrange análises linguísticas a partir de distintas posições teórico-metodológicas, bem como a avaliação e formulação de teorias linguísticas. Contempla ainda o estudo do fenômeno linguístico em seus contextos social, cultural e histórico, além de questões relacionadas a planejamento linguístico, ensino bilíngue e estudos discursivos em diferentes esferas, como ciência, educação, mídia, política e instituições diversas.

Linha 02: *Ensino-Aprendizagem de Línguas, Culturas, Modelos e Ações.*

Focaliza os processos de ensino e aprendizagem de línguas e culturas — materna, segunda ou estrangeira — sob múltiplas perspectivas teóricas e pedagógicas. Inclui reflexões epistemológicas sobre a constituição do campo, problemáticas da apropriação linguística e das intervenções didático-pedagógicas, além da formação de professores de línguas e da análise de políticas linguístico-educacionais.

Linha 03: *Línguas e Cosmologias Indígenas*

Dedica-se à análise, documentação e descrição de línguas indígenas e seus contextos socioculturais. Estuda narrativas, identidades, políticas linguísticas e relações de poder, valorizando a pluralidade cultural e as cosmologias indígenas, com enfoque em saberes e universos culturais próprios, além das novas abordagens acadêmicas surgidas a partir do século XX.

II – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Núcleo de Estudos Internacionais de Gênero e Sexualidade da PUC-SP

(Ntibira)

Criado em 2020 e credenciado pelo CNPq, vincula-se aos Programas de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais e em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, além do Curso de Relações Internacionais da PUC-SP. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão para ampliar o campo de estudos entre política internacional, feminismos, gênero e sexualidade, buscando descolonizar o conhecimento e fortalecer debates sobre saberes situados. Atua a partir de três linhas: saberes do sul global; violências de gênero e resistências feministas transnacionais; e sexualidade, gênero e política internacional. Possui

parcerias nacionais e internacionais, como a Universidade de Uberlândia e a PUC-Chile.

Grupo de Pesquisa sobre a Abordagem Hermenêutico-Fenomenológica e Complexidade (GPeAHFC)

Investiga fenômenos da experiência humana, focando nos construtos que os caracterizam. Analisa e reflete criticamente sobre os conceitos, procedimentos e instrumentos da abordagem hermenêutico-fenomenológica, dialogando com a Complexidade e a Transdisciplinaridade. As pesquisas se voltam ao ensino-aprendizagem de línguas, formação de professores, educação a distância e temas correlatos.

Grupo de Pesquisa - Análise Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional – (ACLISF)

Atua desde 2009 na interface discurso/gramática, sob a ótica da Linguística Crítica e da Gramática Sistêmico-Funcional. Relaciona escolhas léxico-gramaticais à ideologia e às relações de poder no discurso. É composto por pesquisadores da PUC-SP, UFMT e UFGD, além de mestrandos, doutorandos e alunos de especialização e iniciação científica.

Grupo de Pesquisa ATELIER Linguagem e Trabalho

Fundado em 1997 no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL/PUC-SP), reúne pesquisadores brasileiros e estrangeiros, especialmente da França. Investiga relações entre linguagem e trabalho em perspectiva interdisciplinar, dialogando com a Ergologia e a Análise do Discurso de tradição francesa. Seus resultados se materializam em teses, dissertações, pós-doutoramentos e publicações.

Grupo de Pesquisa SAL - Systemics Across Languages

Sem descrição oficial disponibilizada.

Grupo de Pesquisa em Estudos Sobre a Fala

Pesquisa experimental sobre fala em aspectos fisiológicos, acústicos e cognitivos, considerando características segmentais, prosódicas, oralidade, bilinguismo e ensino de pronúncia. Desenvolve também recursos tecnológicos para ensino de línguas e terapia fonoaudiológica. Participam pesquisadores da PUC-SP, PUCPR, UFPR, FATEA e UNICAMP.

Grupo de Pesquisa em Formação Contínua de Professores de Inglês: um contexto para a reconstrução da prática

Sem descrição oficial disponibilizada.

Grupo de Pesquisa Linguagem em Atividade no Contexto Escolar (LACE)

Criado em 2004, vincula-se aos Programas de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Educação: Formação de Formadores e Educação: Currículo da PUC-SP. Atua em projetos voltados à formação crítica de educadores e estudantes, propondo metodologias éticas e colaborativas em contextos vulnerabilizados. Fundamentado na Linguística Aplicada Crítica e Indisciplinar e na Educação Crítico-Transformadora, adota a Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural, o materialismo histórico-dialético e o monismo spinozano.

Grupo de Pesquisa Linguagem, Identidade e Memória

Fundado em 2000 no LAEL/PUC-SP, articula-se em torno da Análise Dialógica do Discurso, dos Estudos Bakhtinianos e da Verbo-visualidade. Analisa construção de sentidos e identidades em trabalho, literatura, ensino, mídia e saúde. Atua também em traduções diretas do russo de textos de Bakhtin e do Círculo. Produz ICs, dissertações, teses e artigos, além de participar do periódico Bakhtiniana.

Grupo de Pesquisa A Inclusão Linguística em Cenários de Atividades Educacionais (ILCAE)

Pesquisa voltada à formação contínua de professores de inglês, visando à reconstrução da prática docente.

GEIM - Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora

Desenvolve pesquisa em três eixos: leitura e interpretação da metáfora/metonímia na literatura e outros gêneros; abordagem discursiva e estilística; e estudo semântico-pragmático da significação metafórica em uso.

Grupo de Estudos de Linguística de Corpus (GELC)

Atua na coleta e exploração de corpora para pesquisa de línguas ou variedades linguísticas. Promove o crescimento da área no Brasil desde 1999. Busca consolidar e divulgar a Linguística de Corpus nacional e internacionalmente, integrar a área com outras disciplinas, desenvolver e compartilhar ferramentas gratuitas de análise e criar corpora de acesso público. Forma pesquisadores e defende o engajamento social do linguista de corpus.

Grupo de Pesquisa Questões sobre Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem

Investiga as relações entre sujeito, fala e escrita, em processos de aquisição normal e em situações patológicas. Surgiu de um projeto CNPq e busca teorizar sobre

linguagem de modo a favorecer abordagens para falas sintomáticas e a definição de sintomas na fala, sem desconsiderar o sujeito falante. Dialoga com o estruturalismo europeu e outras correntes.

III - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Área I: História e Funcionamento das Línguas Naturais

Define-se como área ampla de estudo da arquitetura, da constituição histórica e da mudança das línguas naturais. Esta área funda-se na capacidade de seleção e de recombinação do pensamento na sua aplicação à tessitura da linguagem, caracterizada em eixos não homogêneos: a sua estruturação formal, a sua função simbólica, o seu caráter herdado e a sua constituição diferencial. Seu aparato teórico e metodológico reúne a teoria da gramática, a teoria da variação e da mudança, os estudos filológicos, a crítica textual e as teorias sobre a distribuição espacial da língua, o contato linguístico-cultural e as relações entre língua, cognição e sociedade, bem como as técnicas de edição de textos, cartografia linguística, constituição de amostras linguísticas e análises quali-quantitativas de dados.

Linhas de Pesquisa: Filologia Textual e Linguística Histórica, Dialetoлогия e Sociolinguística e Estudos da Cognição e Processamento da Linguagem.

Área II: Linguagem e Interação

Define-se como área que abrange diferentes perspectivas de investigação e de análise da linguagem, considerando como espaço privilegiado o ambiente social no qual se desenvolvem as práticas e fenômenos de linguagem, que podem ser investigados na perspectiva da relação entre linguagem e cultura, linguagem e política, linguagem e cognição, linguagem e discurso, linguagem e tradução e linguagem e acessibilidade. Em todas essas perspectivas de produção do conhecimento, há como preocupação central e aglutinadora a dimensão social e crítica da linguagem, o que reforça a responsabilidade da área como espaço de produção de conhecimento para a promoção da inclusão social, do pensamento crítico e da cidadania.

Linhas de Pesquisa: Linguística Aplicada, Texto, Enunciação e Discurso e Aquisição de Línguas, Tradução e Acessibilidade

IV - Universidade de Brasília – (UnB)

Área de Concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação

A área de concentração Linguagem, Práticas Sociais e Educação possui duas linhas de pesquisa que contemplam os estudos sobre o ensino e a aprendizagem de

línguas, a formação de professores e as relações entre língua, cultura, sociedade e identidade, a partir de diferentes contextos sociais e educacionais.

Linha 1: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Línguas.

Abriga estudos sobre os vários aspectos dos processos de ensinar, aprender e avaliar línguas em diferentes contextos educacionais, mídias e tecnologias. Reúne também estudos sobre a formação, o fazer e a ação docente no ensino e na aprendizagem de línguas, bem como o desenvolvimento do conhecimento linguístico e comunicativo por meio de materiais didáticos e práticas da educação linguística em geral.

Linha 2: Língua, Cultura e Sociedade

Ocupa-se das diferentes formas de inter-relação e interdependência entre língua, cultura e identidades nas diversas relações entre linguagem, sociedade e educação. Também abriga trabalhos sobre práticas de linguagem nas diversas esferas sociais.

V - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS)

Área de Concentração: *Estudos da Linguagem*

O Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFRGS abrange diferentes perspectivas teóricas e metodológicas dedicadas à análise da linguagem em seus diversos níveis e manifestações. Estruturado em linhas de pesquisa especializadas, o programa investiga desde aspectos formais e cognitivos da linguagem até suas relações com o discurso, a sociedade, a tradução e a educação.

Linha 1: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas

Estuda diferentes tendências teóricas — Teorias do Texto, da Enunciação e da Análise do Discurso — que resultam na produção de pesquisas que tomam o texto, o discurso e/ou a enunciação como objeto de análise e teorização.

Linha 2: Linguística Aplicada

Tem o foco em temas, teorias e métodos de investigação em linguística aplicada; relações entre linguagem, aprendizagem e escolarização; uso da linguagem e interação em contextos sociais diversos; educação linguística; políticas linguísticas e educacionais.

Linha 3: Psicolinguística

Estuda os processos cognitivos subjacentes à aquisição, processamento e uso da linguagem em contextos de aquisição de língua materna e de bilinguismo/multilinguismo, bem como em déficits de linguagem.

Linha 4: Sociolinguística

Debruça-se sobre estudos teóricos e empíricos sobre o uso, variação e mudança das línguas na sociedade, no espaço e no tempo, considerando práticas sociais e situações de monolinguismo e de plurilinguismo, contatos entre línguas ou variedades da mesma língua e aspectos variáveis da fala e da escrita, nos planos sincrônico e histórico-diacrônico.

Linha 5: Estudos do Léxico e da Tradução

Estudos relacionados à descrição da linguagem geral e especializada, comunicação inclusiva, linguagem simples e acessibilidades, produção dicionarística/lexicográfica de tipo geral, especializado e pedagógico, ensino de línguas materna, estrangeira/adicional ou para fins específicos, considerando perspectivas textuais, comunicativas e sócio-históricas. Também abrange estudos de Tradução e Interpretação em diferentes modalidades, contemplando aspectos culturais, históricos, sociológicos e políticos, com apoio de variadas abordagens teórico-metodológicas.

Linha 6: Fonologia e Morfologia

Foco na caracterização, no âmbito das teorias fonológicas recentes e das principais teorias morfológicas, de processos nos componentes fonológico e morfológico da língua portuguesa e de suas variedades, bem como de outras línguas. Valoriza-se a observação e descrição das línguas e variedades estudadas associadas à perspectiva explanatória proporcionada pelo aprofundamento teórico.

Linha 7: Gramática e Significação

Conjunto de pesquisas orientadas à compreensão das relações entre forma linguística, significação e contexto. Cobre áreas consideradas atualmente como “de interface da gramática”, as interfaces da sintaxe e da morfologia com o léxico e a semântica, e da sintaxe e da semântica com a pragmática. A orientação teórica dos estudos é de natureza formal, incluindo frameworks como a gramática gerativa, a semântica e a pragmática formais, bem como outras abordagens. Após o resumo dos programas e suas linhas de pesquisa e área de concentração, veremos o *corpus* desta pesquisa no subtópico a seguir.

3.3 O CORPUS

O *corpus* da pesquisa é composto por 05 dissertações de mestrado defendidas entre os anos de 2014 a 2024 em programas de pós-graduação em Linguística e áreas afins nas cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), levando em conta exclusivamente os Resumos. Essa decisão fundamenta-se na função do Resumo acadêmico como elemento estruturante e informativo dos trabalhos científicos. Segundo Köche (2011, p. 143), o Resumo destaca

de forma concisa as partes mais relevantes do trabalho, tais como o problema, os procedimentos utilizados, as hipóteses e o principal resultado alcançado. Além de apresentar uma visão clara e rápida do conteúdo e conclusões do trabalho, através de uma sequência de frases concisas e objetivas.

Assim, considera-se que a leitura dos resumos disponíveis permite identificar, de maneira objetiva e eficaz, as dissertações que atendem aos critérios desta pesquisa, possibilitando o mapeamento das abordagens sobre o PLAc e a análise das tendências temáticas e implicações acadêmicas relacionadas à institucionalização dessa prática no cenário brasileiro.

Dito isso, a seleção dos trabalhos foi realizada por meio de levantamento na base de dados de domínio público da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especificamente no Catálogo de Teses e Dissertações e na Plataforma Sucupira cuja abordagem contemplou mais explicitamente ao tema sobre Plac. Deste modo, foram considerados, prioritariamente, os trabalhos que apresentaram em seus resumos ou títulos o termo: *Português como Língua de Acolhimento (PLAc)*, tendo em vista a relevância e especificidade do conceito no campo das Políticas Linguísticas para imigrantes e refugiados no Brasil, consolidado como categoria de análise.

Enquanto termos como Política Linguística, Português como Língua Estrangeira (PLE) ou Internacionalização da Língua Portuguesa podem abranger uma variedade de contextos e objetivos didático-pedagógicos distintos — inclusive voltados para públicos estrangeiros em geral ou para fins diplomáticos e comerciais — o descritor PLAc direciona-se especificamente para as práticas de ensino e políticas voltadas ao acolhimento linguístico de migrantes no território nacional, com

implicações diretas para a inserção social e multicultural desse público-alvo. Dessa forma, tal delimitação assegurou maior coerência e precisão analítica à proposta do estudo.

Outrossim, para garantir a pertinência e a qualidade do *corpus* selecionado, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (i) dissertações de mestrado defendidas entre 2014 a 2024; (ii) trabalhos que abordassem a temática de PLAc; (iii) pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em Linguística ou áreas afins e (iv) documentos disponíveis integralmente ou com resumos acessíveis em bases de dados públicos. Como categorias analíticas, destacamos: (a) contextualização da pesquisa em PLAc; (b) motivação da investigação científica; (c) estofo teórico alinhado ao tema desta pesquisa; (d) objetivos bem delineados; (e) procedimentos metodológicos; (f) resumos propositivos.

O processo de levantamento documental foi realizado por meio de pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponível em domínio público. Utilizou-se o descritor “Português como Língua de Acolhimento”, inserido no campo de busca por palavras-chave. Para refinar os resultados e garantir a pertinência dos documentos ao objeto de estudo, foram aplicados os seguintes filtros: “Mestrado (Dissertação)” no campo Tipo; e as áreas do conhecimento “Letras”, “Linguística Aplicada” e “Língua Portuguesa” no campo de área de conhecimento.

Como resultado preliminar, foram localizadas 77 dissertações que atendiam a esses critérios iniciais. Posteriormente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para a aplicação dos critérios de inclusão previamente estabelecidos, a fim de compor o *corpus* final da pesquisa com os trabalhos mais alinhados à proposta de investigação.

Inicialmente, considerou-se a *pertinência temática*, priorizando dissertações que abordassem diretamente políticas linguísticas voltadas para o ensino de PLAc, excluindo-se aquelas que apenas tangenciavam o tema ou se restringiam ao ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) ou Português como Língua Adicional (PLA) em contextos não migratórios. Além disso, buscou-se contemplar a *abrangência regional*, selecionando trabalhos de diferentes regiões brasileiras, a fim de possibilitar uma visão diversificada sobre as práticas e desafios do PLAc no país. Outro critério adotado foi a *diversidade metodológica*, com o objetivo de reunir dissertações que empregassem distintas abordagens investigativas, como pesquisa-ação, estudo de

caso, levantamento documental e pesquisa qualitativa descritiva, o que contribui para uma análise mais ampla e plural das investigações desenvolvidas no campo.

Considerou-se também a *relevância acadêmica e social* das produções, optando-se por aquelas que apresentassem contribuições efetivas para o debate acadêmico e para a formulação de práticas e políticas linguísticas inclusivas, evidenciando o papel das instituições de ensino superior na promoção do acolhimento linguístico e cultural de imigrantes e refugiados.

A partir desses critérios, os 05 Resumo das dissertações selecionadas constituem um *corpus* representativo das discussões recentes sobre PLAc na pós-graduação brasileira, permitindo o levantamento de temas, áreas, enfoques e tendências, bem como as contribuições acadêmicas e sociais decorrentes dessas pesquisas.

Neste item, apresentam-se os Resumos das dissertações de mestrado selecionadas e, a seguir, no próximo capítulo, as análises:

Tabela 4 – Dissertações de mestrado

Autor(a)	Título	IES	Ano	Região
Nancinilde Cartágenes	Português pai d'égua: o ensino do dialeto belenense, como língua de acolhimento, a imigrantes e refugiados venezuelanos-prototipagem de <i>um web app</i> fonético-cultural bilíngue	UFPA	2023	Norte
Mara Lúcia Jabali Vallc	“Levanta, Sacode a Poeira e dá a Volta Por Cima”: Português como língua de acolhimento para Imigrante	PUC/SP	2022	Sudeste
Ilma Teles De Menezes Da Luz	O português como língua de acolhimento - (plac) em cartografias críticas multilíngues: repertórios de refugiados e imigrantes compulsórios em Salvador	UFBA	2022	Nordeste

Maria Luand Bezerra Campelo	Impactos De Um Curso De Extensão Para A Comunidade Externa Na Universidade Federal Do Piauí	UNB	2021	Centro- Oeste
Aline Áurea Martins Marques	Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais'	UFRGS	2018	Sul

Fonte: Elaborada pelo autor.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Considerando a fundamentação teórica e o escorço metodológico delineados nos capítulos anteriores, este capítulo tem como objetivo apresentar, analisar e discutir os dados coletados a partir de 05 resumos de dissertações de mestrado na área de Estudos da Linguagem, Língua e Cultura, Linguística Aplicada, Língua e Linguística que abordaram temáticas relacionadas às políticas linguísticas voltadas para o ensino do PLAc no Brasil, buscando o levantamento de temas, áreas, enfoques e tendências, além de discutir as implicações dessas produções para as políticas linguísticas e para a consolidação do PLAc como prática social e acadêmica no país.

Para fins de construção epistemológica e organização desta pesquisa, ratifica-se que se optou pela análise exclusiva dos Resumos desses trabalhos acadêmicos. Entende-se que, por meio desses documentos, é possível acessar uma síntese das investigações, identificar os resultados alcançados, compreender os critérios adotados para a seleção dos estudos e evidenciar as principais contribuições para a área. Além disso, a leitura dos resumos permite observar os desafios enfrentados pelas propostas pedagógicas destinadas ao ensino do português brasileiro para imigrantes e refugiados, assim como refletir sobre o papel das instituições de ensino superior (IES) na promoção de ações de acolhimento linguístico e na institucionalização do PLAC.

Salienta-se, igualmente, que, embora não seja o objetivo desta pesquisa, é conveniente que sejam feitas algumas observações sobre as abordagens em cada região. Assim sendo, percebe-se que cada uma segue determinada abordagem em que, por exemplo, a região Sul, as dissertações evidenciam a multiplicidade de abordagens e preocupações em torno do ensino de PLAc no Brasil, revelando tanto aspectos didáticos quanto políticos e identitários, assim como, a reflexão sobre a oferta institucional e as implicações sociais do PLAc nas universidades federais muito mais que as outras regiões brasileiras.

Na região Norte, em sentido amplo, as pesquisas adotam uma abordagem sociolinguística aplicada, pautada na inclusão, na inovação didático-metodológica e na atenção às demandas sociais e educacionais provocadas pelo intenso fluxo migratório na região amazônica. Já na região Sudeste, os trabalhos variam desde análises de materiais didáticos e instrumentos de avaliação, como o Celpe-Bras e livros de PLAc, até investigações sobre práticas pedagógicas inclusivas voltadas para

imigrantes, refugiados, mulheres em situação de refúgio, crianças institucionalizadas e estudantes surdos. Por outro lado, a região Nordeste, por sua vez, apresenta dissertações que abordam a linguagem como ferramenta de acolhimento voltada para resistência e identidade em contextos de migração, refúgio e diversidade cultural. Por fim, a região Centro-Oeste contempla pesquisas que revelam uma ampla gama de preocupações contemporâneas, especialmente no que tange ao ensino e aprendizagem de línguas em contextos de mobilidade humana, multiculturalismo e inclusão social.

Em consonância, apresenta-se o primeiro resumo de dissertação de mestrado, com a temática direcionada para a Língua Portuguesa como língua de acolhimento, intitulada *Português pai d'égua: o ensino do dialeto belenense, como língua de acolhimento, a imigrantes e refugiados venezuelanos-prototipagem de um web app fonético-cultural bilíngue*, de Nancinilde Cartágenes (2023), da Universidade Federal do Pará. Assim:

Resumo 01
<p>Português pai d'égua: o ensino do dialeto belenense, como língua de acolhimento, a imigrantes e refugiados venezuelanos-prototipagem de um web app fonético-cultural bilíngue, de Nancinilde Cartágenes (2023)</p> <p>Esta pesquisa nasce da experiência e dos desafios vividos como professora voluntária de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Centro de idiomas do IFPA – campus Belém. Período no qual diferentes inquietações surgiram e que foram aprimoradas em minha trajetória como aluna de Mestrado no PPGCIMES/UFPA, permitindo a configuração da questão norteadora deste estudo que é: — como promover o processo de aquisição e aprendizagem do português brasileiro, relacionado ao dialeto belenense, como forma de acolher imigrantes e refugiados venezuelanos, residentes na Região Metropolitana de Belém (RMB), buscando a disponibilização democrática da solução alcançada? II. Objetivando responder ao questionamento investigativo, o PLAc se tornou um rico caminho conceitual com Almeida Filho e Moutinho (2017), Amado (2016), Grosso (2010) e Ortiz Alvarez (2018). Articulado a outros referenciais importantes à pesquisa, oriundos da Linguística Aplicada (LA): Krashen (1982), Almeida Filho (2005), Dettoni (2010), Oliveira e Bulegon (2019), Silva (2022); da Linguística Geral: Costa e Carneiro (2009) e Silva (2014); da Sociolinguística: Mané (2012) e McCleary (2009); da Criatividade: Kneiles (1971), Alencar (2003) e da área da Tecnologia: Lévy (1999), MacLuhan (1970), Kenski (2011), Jobe (2013), Oliveira (2022), Santos e Pinho (2019), Garofalo (2016); com essa base teórica foi possível criar um produto educacional explorando: (i) a fonética, (ii) a cultura, (iii) a intercultura, (iv) o bilinguismo, (v) a translanguagem, (vi) o lúdico, (vii) e as tecnologias midiáticas, dando origem ao —Português Pai D'Éguall, recurso educacional fonético-cultural bilíngue. Um dos pontos cruciais da pesquisa foi solucionar a disponibilização democrática do produto. Para atender essa necessidade, a solução escolhida foi a</p>

produção de um aplicativo para web, reconhecido como Web App. Esse dispositivo tecnológico para web conjuga diferentes vantagens, sendo um aplicativo multiplataforma, facilita o acesso, privilegia a portabilidade e a mobilidade, comuns ao uso do celular, recursos fundamentais ao cotidiano do público almejado. Para o desenvolvimento do Web App Português Pai D'Égua foram desenvolvidos dois protótipos, o gráfico impresso e o digital online. Essa prototipação tornou concreta o projeto executivo do aplicativo idealizado, ao permitir a avaliação real do que foi projetado, se constituindo como um recurso potente para validação do produto idealizado. Caracterizada como pesquisa qualitativa lançou mão das pesquisas bibliográfica e documental e da observação participante. Além das técnicas de prototipação e de questionário utilizadas no processo de avaliação e validação do produto. A avaliação do conteúdo do produto educacional foi realizada com uma amostra por conveniência, constituída de imigrantes e refugiados venezuelanos, egressos das turmas de PLAc, do Centro de idiomas do IFPA – campus Belém. Essa etapa trouxe como resultado a aprovação do conteúdo analisado, sendo destacado a riqueza do material apresentado, constituindo-o como potencial recurso didático para o ensino de PLAc.

Palavras-chave: PLAc; dialeto belenense; aquisição e aprendizagem; imigrantes e refugiados venezuelanos; *Web App*.

Fonte: <https://sucupira->

[legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15002365](https://sucupira-)

Em sua pesquisa, Cartágenes (2023) propõe uma investigação pertinente ao campo do PLAc. Logo no início, a autora evidencia a contextualização da pesquisa que se debruça sobre a Região Metropolitana de Belém e voltada a imigrantes e refugiados venezuelanos, durante o período em que a autora atuou como professora voluntária de PLAc no Instituto Federal do Pará (IFPA). Termos e expressões como “imigrantes e refugiados venezuelanos” e “processo de aquisição e aprendizagem do português brasileiro, relacionado ao dialeto belenense” indicam o tema e o recorte geográfico da pesquisa, permitindo ao leitor antecipar a temática e possíveis desdobramentos que serão explorados.

Nesta pesquisa, contextualização e motivação andam de mãos dadas, já que a motivação surgiu a partir de inquietações vivenciadas durante a docência e que foram “aprimoradas” durante a realização do mestrado, articulando prática docente e demandas sociais, pois tal informação agrega ainda mais importância ao trabalho, já que se espera que sejam trazidos à baila desafios e possíveis soluções vivenciadas na prática.

Vale destacar que a autora foi muito feliz ao propor a promoção do processo de aquisição e aprendizagem do português brasileiro, especialmente considerando o

dialeto belenense como estratégia de acolhimento a imigrantes e refugiados venezuelanos, pois sua proposta dialoga diretamente com a concepção de língua como prática social. Isso evidencia um certo alinhamento com os pressupostos de Bagno (2019) reforça a importância de reconhecer a existência de múltiplas normas legítimas, que refletem as realidades socioculturais de cada comunidade de fala. Nesse mesmo sentido, Marcuschi (2010) afirma que a língua deve atender às necessidades comunicativas reais da sociedade, e não a normas rígidas e distantes dos contextos de uso. Complementando essa perspectiva, Bright (*apud* Calvet, 2002) ressalta que a variação linguística está diretamente relacionada às diferenças sociais e estruturais das comunidades.

O estudo mobiliza referencial teórico sólido e interdisciplinar, ao mobilizar autores de PLAc, como Almeida Filho e Moutinho (2017), Amado (2016) e Ortiz Alvarez (2018). Além disso, a pesquisa dialoga com referenciais da Linguística Aplicada (Krashen, 1982; Dettoni, 2010), da Sociolinguística (Mané, 2012; McCleary, 2009) e de áreas afins como a Criatividade (Alencar, 2003) e Tecnologia (Lévy, 1999; Kenski, 2011), o que revela uma abordagem interdisciplinar e atualizada, condizente com o escopo da proposta.

Embora os objetivos específicos não tenham ficado claros, pode-se chegar ao objetivo geral a partir da questão norteadora: “como promover o processo de aquisição e aprendizagem do português brasileiro, relacionado ao dialeto belenense, como forma de acolher imigrantes e refugiados venezuelanos, residentes na Região Metropolitana de Belém (RMB), buscando a disponibilização democrática da solução alcançada?”.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental, observação participante, prototipação e aplicação de questionário para validação, o que se revelou bastante elucidativa para a condução das análises aventadas e que muito se afinaram com a proposta.

Por fim, quanto à proposição, o Resumo indica a criação do Web App *Português Pai D'Égua*, concebido como “recurso educacional fonético-cultural bilíngue” e validado positivamente pela amostra consultada, que destacou a “riqueza do material apresentado”. Entretanto, não apresenta proposições explícitas para políticas públicas ou práticas institucionais mais amplas, ou seja, limita-se à aprovação do material criado sem avançar para sugestões de aplicação em outros contextos ou para

recomendações que minimizem os desafios de inclusão social enfrentados por esse público.

Diante disso, o segundo resumo a ser analisado foi retirado da dissertação da autora Maria Lúcia Jabali Vallc (2022), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ou seja, da região sudeste do Brasil.

Resumo 2
<p>“Levanta, Sacode a Poeira e dá a Volta Por Cima”: Português como língua de acolhimento para Imigrante, de Mara Lúcia Jabali Vallc (2022)</p> <p>A presente pesquisa tem por objetivo compreender o processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa e os imbricamentos interculturais experienciados por meio de aulas ministradas para um grupo de imigrantes jovens e adultos, na cidade de São Paulo. A fundamentação teórica é norteadada pela Teoria Sócio-Histórico-Cultural de Vygotsky ([1931] 1997, [1930] 1999, [1930] 2007, [1934] 2001), assim como conceitos de língua portuguesa como língua de acolhimento pautada em Grosso (2010) e São Bernardo (2016); de língua na perspectiva da interculturalidade em Mendes (2011) e Candau (2011); e na Linguística Aplicada pensada por pesquisadores como Moita Lopes (2006a, 2006b), Fabrício (2006) e Pennycook (2006). Metodologicamente, este trabalho ancora-se na Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol) (MAGALHÃES, 2004, 2011, 2012). A pesquisa é de abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987) e foi realizada com 20 participantes e uma professora de um Centro Integrado de Jovens e Adultos, pertencente à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. A coleta de dados foi realizada por meio de observação das aulas e conversas reflexivas entre pesquisadora e professora, um questionário de perfil dos alunos imigrantes e uma entrevista semiestruturada com a professora, organizadas de acordo com a análise de conteúdos temáticos, compreendidos nesta pesquisa como sentidos identificados na prática pedagógica da professora, interculturalidade e cidadania. A análise e a interpretação dos dados apontam que o ensino de língua de acolhimento não tem sido estudado neste contexto. Outrossim, a interculturalidade emerge a partir de temas que sirvam de ponte para a discussão de aspectos interculturais entre os participantes nas aulas, durante as interações de ensino-aprendizagem.</p> <p>Palavras-chave: Imigrantes. Educação de Jovens e Adultos. Língua portuguesa como língua de acolhimento. Interculturalidade.</p>

Fonte: <https://sucupira->

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11559896

A pesquisa “Levanta, Sacode a Poeira e dá a Volta Por Cima”: Português como língua de acolhimento para Imigrante, de Mara Lúcia Jabali Vallc (2022), apresenta uma delimitação contextual pertinente ao situar-se na cidade de São Paulo, em um espaço institucional específico, o Centro Integrado de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, e ao indicar que as aulas são ministradas para um público de

imigrantes jovens e adultos. Essa caracterização permite que o leitor compreenda, à luz das políticas de promoção da Língua Portuguesa e dos movimentos migratórios contemporâneos discutidos por Müller (2013), a importância de espaços internos de internacionalização, nos quais o acolhimento linguístico se torna instrumento de inclusão e de integração social e cultural.

Entretanto, ao abordar a motivação da pesquisa, o Resumo não a explicita de maneira direta, deixando de apresentar lacunas da literatura, demandas sociais ou inquietações pessoais que a justifiquem. Sob esse aspecto, embora se possa inferir uma motivação vinculada à necessidade de compreensão dos “imbricamentos interculturais” experienciados nas aulas de PLAc, essa inferência é indireta e fragiliza a construção argumentativa inicial do estudo.

Vale frisar que seria relevante que a autora articulasse de forma mais clara as razões sociais e políticas que fundamentam a escolha pelo contexto investigado, uma vez que as políticas de acolhimento linguístico não são neutras, mas operam como parte de um planejamento linguístico mais amplo, considerando as concepções de Calvet (2007) sobre a centralidade das decisões linguísticas e suas implicações sociais,

O aporte teórico mobilizado pela autora, contudo, revela consistência e atualidade. A fundamentação se ancora na Teoria Sócio-Histórico-Cultural de Vygotsky, em estudos específicos sobre PLAc de Grosso (2010) e São Bernardo (2016) e em autores que discutem a interculturalidade, como Mendes (2011) e Candau (2011). Além disso, referências da Linguística Aplicada Crítica, como Moita Lopes (2006), Fabrício (2006) e Pennycook (2006), ampliam a abordagem e asseguram coerência na leitura das práticas de ensino-aprendizagem e de acolhimento linguístico. Essa escolha teórica dialoga diretamente com o que defende Grayley (2019) ao reconhecer a geopolítica das línguas como uma ferramenta estratégica de inclusão e fortalecimento identitário no contexto global e local.

Os objetivos da pesquisa são enunciados de maneira clara e alinhada à proposta. A intenção de “compreender o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e os imbricamentos interculturais experienciados” permite uma leitura compatível com as três dimensões fundamentais para as políticas de promoção linguística apontadas por Barros; Nogueira (2015): a econômica, a política e a cultural. Ainda que não desdobre objetivos específicos, o objetivo geral contempla a

complexidade das relações interculturais em sala de aula e o papel da língua como passaporte para a inserção social dos sujeitos envolvidos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a autora detalha adequadamente os caminhos percorridos. A opção por uma abordagem qualitativa (Triviños, 1987) e pela Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol) (Magalhães, 2004, 2011, 2012) está teoricamente justificada e compatível com o objeto de estudo. O uso combinado de observação de aulas, conversas reflexivas, questionários e entrevistas assegura diversidade de instrumentos e favorece a construção de dados contextualizados e interpretativos, conforme exige o campo dos estudos de PLAc.

Por fim, em relação aos resumos propositivos, é possível perceber que a pesquisa não apresenta recomendações ou proposições voltadas à prática docente, à formulação de políticas públicas ou à elaboração de materiais didáticos. Os resultados limitam-se em apontar a carência de estudos no contexto investigado e em destacar a emergência da interculturalidade nas aulas. Ainda que relevantes, esses achados não se traduzem em proposições que possam orientar práticas futuras ou enfrentar as limitações identificadas, o que compromete a completude dessa categoria. Isso é particularmente importante, se considerado, à luz de Müller (2013), o papel estratégico das universidades e centros educacionais na promoção da língua e cultura junto a falantes estrangeiros, atuando como núcleos internos de internacionalização e *soft power* linguístico-cultural.

Em síntese, a pesquisa de Vallc (2022) contribui para o campo de PLAc ao documentar práticas de acolhimento linguístico em São Paulo, mas poderia avançar no aprofundamento das motivações e na proposição de soluções pedagógicas e políticas, o que reforçaria o papel do planejamento linguístico como “passagem ao ato”, segundo Calvet (2007), e alinharia melhor o estudo às dimensões política e cultural das políticas de promoção da Língua Portuguesa.

A seguir, o terceiro resumo retirado da dissertação de Ilma Teles De Menezes Da Luz (2022), intitulado *O português como língua de acolhimento - (plac) em cartografias críticas multilíngues: repertórios de refugiados e imigrantes compulsórios em Salvador*, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo 3

O português como língua de acolhimento - (plac) em cartografias críticas multilíngues: repertórios de refugiados e imigrantes compulsórios em Salvador, de Ilma Teles De Menezes Da Luz (2022)

O Brasil tem sido o destino de milhares de pessoas em situação de refúgio e de deslocamento compulsório nos últimos anos, devido a graves violações de direitos humanos provenientes de guerras, instabilidades econômicas, desastres ambientais, perseguições políticas, religiosas, entre outros. Os novos fluxos migratórios (BAENINGER, 2018) alteraram a rota tradicional Sul-Norte para o eixo Sul-Sul. A cidade de Salvador, capital da Bahia, apesar de não estar localizada na região de fronteira, tem recebido um contingente significativo de refugiados e imigrantes compulsórios, muitos deles devido ao programa de interiorização do Governo Federal, apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Esta dissertação tem por objetivo compreender o processo migratório em Salvador, visibilizar os seus protagonistas, verificar como eles vivem, quais as características socioculturais apresentam e como constroem os seus repertórios linguísticos. Além disso, busca-se saber de que forma o Português como Língua de Acolhimento em contextos multilíngues e multiculturais pode ser uma ferramenta intercultural eficaz para a integração e inclusão social de migrantes na sociedade soteropolitana. Este estudo tem os seus fundamentos ancorados na área da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e Transgressiva (PENNYCOOK, 2006), bem como nas epistemologias freirianas das Pedagogias do Oprimido e da Autonomia (FREIRE, 1998;1997) e da Educação Linguística Ampliada (CAVALCANTI, 2013). O referencial teórico para os estudos do Português como Língua de Acolhimento está lastreado em (GROSSO, 2010; AMADO, 2011; BIZON, 2013; LOPEZ, 2016; SÃO BERNARDO, 2016; ANUNCIAÇÃO, 2018; DINIZ; NEVES, 2018). A metodologia tem abordagem qualitativa-interpretativista (DENZIN e LINCOLN, 2006; BORTONI-RICARDO, 2008) e de viés etnográfico (ERICKSON, 1981; LÜDKE E ANDRÉ, 1996). Foram utilizados instrumentos para coleta, geração e análise de dados, e os respectivos resultados apontaram a relevância do acesso à língua portuguesa como dispositivo de emancipação e autonomia para migrantes compulsórios; ausências de políticas linguísticas e públicas institucionalizadas e articuladas ao arcabouço jurídico para o contexto das migrações transnacionais. Portanto, esta pesquisa exerceu o seu papel acadêmico e social no sentido de contribuir para implantação de uma política de estado com interconexões nas estruturas das esferas federais, estaduais e municipais, a fim de inserir dignamente pessoas em situação de indigência moral e vulnerabilidade migratória, agravadas pela crise sanitária mundial do covid-19 e da grave crise política e econômica que devasta o país.

Palavras-Chave: Português Língua de Acolhimento – (PLAc). Imigração Compulsória. Refúgio.

Fonte: <https://sucupira->

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11353220

A pesquisa em tela aborda com muita propriedade e alinhamento a partir do título conforme escolha nossa. Nessa direção, percebe que o Resumo traz uma

sumarização dos elementos fundantes da investigação sobre política linguística e PLAc com a contextualização que amplia e permite-nos pressupor e compreender sobre que temática vai ser tratada na dissertação. Por meio dela, a contextualização, o leitor já vislumbra o teor da pesquisa quando são destacadas lexias como: “refúgio, compulsório, violação, guerras, desastres, multilinguismo, perseguições religiosas”, por exemplo, que nos remetem, indubitavelmente, a um conjunto de elementos que congregam a tematização da pesquisa. Quanto à motivação da pesquisa, não há um explicitude, mas permite que se chegue a ela por meio da própria natureza do que vem sendo abordado logo a seguir no fluxo da contextualização.

Em seguida, é notório como a autora delinea e mobiliza as referências que se coadunam de forma não unilateral e limitada, mas avança para autores e autoras que dialogam com as políticas linguísticas no escopo da Linguística Aplicada Crítica e Transgressiva. Por outro lado, a se trata dos procedimentos metodológicos, o Resumo não deixa muito claro como foi realizada e isso pode ser comprovado quando a pesquisadora afirma: “Foram utilizados instrumentos para coleta, geração e análise de dado”, mas não aponta quais e como o fez. De qualquer modo, há um avanço no tocante aos objetivos pretéritos, quais sejam: “tem por objetivo compreender o processo migratório em Salvador, visibilizar os seus protagonistas, verificar como eles vivem, quais as características socioculturais apresentam e como constroem os seus repertórios linguísticos” porque traduzem de forma contundente como pensou em palmilhar para chegar aos resultados. Quanto a eles, não existem achados categóricos que nos permitem dizer quais proposições podem ser feitas para minimizar os efeitos deletérios de uma marginalização de povos, culturas e línguas que são invisibilizadas nos espaços lusofônicos.

O quarto resumo a ser analisado foi retirado da dissertação da autora Maria Luand Bezerra Campelo (2021), da Universidade de Brasília (UnB), isto é, da região Centro-Oeste.

Resumo 4
<p>Impactos De Um Curso De Extensão Para A Comunidade Externa Na Universidade Federal Do Piauí, de Maria Luand Bezerra Campelo (2021)</p> <p>É possível observar um considerável aumento nos fluxos migratórios internacionais no Brasil nos últimos anos. Em decorrência disto, o país vem recebendo novos fluxos migratórios (BAENINGER; MESQUITA, 2015; BRIGNOL, 2014; SILVA; OJIMA, 2017; OLIVEIRA, 2013). Desta forma, percebemos a necessidade de</p>

direcionar e intensificar estudos e pesquisas que abordassem a questão da imigração no Nordeste brasileiro. Isto posto, objetivamos pesquisar as migrações internacionais no estado do Piauí, investigando a presença de estrangeiros residentes, mais especificamente, na cidade de Teresina. Em nossa investigação, analisamos os resultados provenientes de um curso de português, na perspectiva do acolhimento, para estrangeiros que se encontram na capital teresinense. Esta pesquisa se caracteriza como uma investigação de abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Richardson et al. (2012), essa abordagem apresenta-se como uma das formas mais adequadas para a compreensão de um acontecimento social. Tendo em vista que trabalhamos com a implementação de um curso de português para imigrantes em uma universidade, e que a participação, ação e reação destas pessoas se mostra fundamental para o desenvolvimento desse estudo, constatamos a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985; BARBIER, 2002; EL ANDALOUSSI, 2004; FRANCO, 2005) como o método científico mais adequado para o encaminhamento desta investigação. Para a realização de coleta de dados, usamos entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987), questionário (MARCONI; LAKATOS, 2003) e observação participante (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Assim, identificamos a necessidade de o grupo analisado aprender a língua portuguesa para melhor integração social e cultural. Destacamos o mútuo acolhimento existente nesse grupo que, tendo em sua quase totalidade hispanofalantes, perceberam a presença de estudantes que tinham outra língua materna e criaram interações mediadas por gestos, variações linguísticas e receptividade. Desta forma, os resultados alcançados nessa pesquisa revelam a importância e relevância da promoção de cursos de extensão em português língua de acolhimento para atender às necessidades linguísticas, culturais e sociais da comunidade de estrangeiros que se encontra em Teresina – PI.

Palavras-chave: Português Língua de Acolhimento. Imigração no Piauí. Ensino e Aprendizagem.

Fonte: <https://sucupira->

[legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11020345](https://sucupira-)

A partir da leitura do resumo da dissertação, percebe-se que a pesquisa propõe uma contextualização pertinente ao situar-se no cenário das migrações internacionais no Brasil, especificamente na cidade de Teresina, Piauí. A autora reconhece o crescimento dos fluxos migratórios e a carência de estudos dedicados à imigração na região Nordeste, aspecto relevante diante da centralização histórica de pesquisas migratórias em capitais do Sudeste e Sul.

Ao considerar apenas o Resumo disponível, nota-se que a motivação da pesquisa poderia ter sido explicitada de forma mais clara e articulada. Embora se indique, de maneira indireta, a necessidade de intensificar estudos sobre imigração no Nordeste, essa inquietação não é formalizada como um problema de pesquisa. Tal ausência fragiliza o potencial da investigação, uma vez que, como propõe Byram

(1997), a construção de projetos interculturais no ensino de línguas exige não apenas a constatação das diferenças, mas a problematização crítica das relações sociais e culturais que as atravessam.

Outro aspecto importante é a ausência, no resumo, de referências consolidadas no campo do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Diante da proposta de acompanhar os resultados de um curso de português para migrantes, seria pertinente que o resumo mencionasse a fundamentação teórica sobre ensino de línguas em contextos migratórios, área discutida por autores como Grosso (2010), Mendes (2011) e São Bernardo (2016). Grosso (2010), por exemplo, defende a importância de práticas pedagógicas que considerem as experiências linguísticas e trajetórias pessoais dos migrantes, promovendo uma abordagem intercultural que valorize seus repertórios e favoreça o diálogo entre culturas.

Da mesma forma, o resumo não evidencia um diálogo com perspectivas da Linguística Aplicada Crítica, como as propostas por Moita Lopes (2006) e Pennycook (2006), que discutem a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e desigualdades. Essa abordagem seria relevante para analisar o ensino de PLAc enquanto ação política e socialmente situada, conforme as discussões de Calvet (2007) e Grayley (2019), que ressaltam a relação entre políticas linguísticas, poder e processos de internacionalização das línguas.

Os objetivos mencionados no resumo também aparecem de forma genérica, sem evidenciar articulação clara entre os dois eixos propostos: a caracterização da imigração internacional no Piauí e a análise dos resultados de um curso de acolhimento linguístico. Essa falta de delimitação prejudica a compreensão do vínculo entre a promoção da Língua Portuguesa, as políticas de acolhimento e os processos de integração social e cultural dos imigrantes.

No que diz respeito aos resultados apontados no resumo, identifica-se a relevância dos cursos de PLAc para suprir necessidades linguísticas e culturais dos migrantes, o que dialoga com as reflexões de Müller (2013) e Barros; Nogueira (2015), que destacam a importância de políticas linguísticas que contemplem a inclusão de falantes estrangeiros nas instituições de ensino e em espaços socioculturais brasileiros. No entanto, o resumo não explicita recomendações ou encaminhamentos teóricos sobre como essas ações podem ser ampliadas ou institucionalizadas, especialmente considerando o papel estratégico das universidades na promoção da

internacionalização da Língua Portuguesa, conforme argumentado por Mulinacci (*apud* Albuquerque, 2022) e exemplificado com a criação da UNILAB e UNILA.

Por fim, embora o Resumo mencione experiências de interação e acolhimento, não mobiliza conceitos de interculturalidade ou Competência Comunicativa Intercultural (CCI), deixando de situar as práticas descritas em um quadro teórico que reconheça os desafios identitários e as negociações culturais implicadas nesses contextos, como discutem Moita Lopes (2006), Pennycook (2006) e Byram (1997).

Em síntese, a partir da leitura do resumo, observa-se que a pesquisa propõe um tema pertinente e relevante para o contexto migratório nordestino, alinhado aos movimentos contemporâneos de internacionalização da Língua Portuguesa e acolhimento, mas carece de maior densidade teórica e de articulação conceitual específica para sustentar suas propostas e análises, sobretudo no que se refere ao ensino de PLAc e à promoção da CCI em contextos migratórios.

Por último, o quinto resumo a ser analisado foi retirado da dissertação da autora Aline Áurea Martins Marques (2018), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), isto é, da região Sul.

Resumo 5
<p>Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais, de Aline Áurea Martins Marques (2018)</p> <p>O conhecimento da língua majoritária de um país, embora não seja condição <i>sine qua non</i> para a integração de imigrantes à sociedade receptora, possui um importante papel nesse processo (KRUMM; PLUTZAR, 2008; ISPHORDING, 2015). Assim sendo, este trabalho tem como objetivo discutir políticas linguísticas para o ensino de português como língua de acolhimento (PLAc) (ANÇÃ, 2006; CABETE, 2010; GROSSO, 2010; AMADO, 2013; SÃO BERNARDO, 2016; LOPEZ, 2016) no Brasil. Para tanto, trato sobre os fluxos migratórios recentes para o Brasil – em especial, sobre os fluxos de haitianos, sírios e venezuelanos –, analiso alguns dos principais instrumentos legais brasileiros para a imigração, bem como realizo uma revisão bibliográfica sobre políticas linguísticas. Além disso, com a finalidade de verificar a coordenação entre a agenda migratória oficial brasileira e as políticas linguísticas no Brasil, realizo um levantamento dos cursos de português como língua adicional (PLA) ofertados pelas universidades federais e, com base nas respostas ao questionário enviado a essas instituições, discuto o espaço do ensino de PLAc nesses locais. Os resultados deste estudo indicaram que, apesar do aumento dos fluxos migratórios para o Brasil e da maior abertura na agenda migratória brasileira, ainda faltam políticas linguísticas para contribuir com a integração dos imigrantes que o país vem recebendo. As iniciativas para o ensino de língua de acolhimento para imigrantes, em grande medida, são promovidas pela sociedade civil ou</p>

instituições não governamentais e contam com pouco apoio do poder público. Na esfera federal, mesmo nas universidades, locais onde a área de PLA está em expansão e é relativamente bem desenvolvida em comparação com outros espaços, ainda são poucas as instituições atuando no ensino de PLAc das 63 universidades contatadas, 55 responderam ao questionário, 43 informaram que possuem cursos de PLA, mas apenas 14 mencionaram a existência de cursos ou projetos para o ensino de PLAc na instituição. Todavia, considerando que políticas de integração precárias podem contribuir para uma percepção negativa acerca dos imigrantes e para o reforço de políticas migratórias defensivas (PENNINX, 2003), defendo que o Estado precisa investir mais na promoção de políticas linguísticas para o ensino de PLAc no Brasil, a fim de facilitar a efetivação da acolhida humanitária que vem sendo proposta pelas políticas migratórias brasileiras. A partir das discussões realizadas nesta pesquisa, pretendo contribuir com o debate sobre políticas linguísticas para a integração de imigrantes no Brasil e mostrar alguns aspectos que a área de PLA, especialmente dentro das universidades federais, pode desenvolver mais.

Fonte: <https://sucupira->

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6381365

O Resumo apresentado por Aline Áurea Martins Marques (2018) articula de forma pertinente a contextualização da pesquisa, ao tratar das políticas linguísticas e do ensino de PLAc no Brasil. A autora situa sua investigação a partir dos recentes fluxos migratórios, destacando os casos de haitianos, sírios e venezuelanos, o que evidencia a atualidade e relevância social do tema. Além disso, a motivação da pesquisa se mostra clara, ao reconhecer, com base em Krumm e Plutzar (2008) e Isphording (2015), que, embora o domínio da língua majoritária não seja condição absoluta para a integração de imigrantes, ele ocupa papel central no processo de inserção social e cultural.

Quanto ao estofo teórico, Marques (2018) fundamenta seu estudo em autores relevantes no campo de PLAc, como Ançã (2006), Cabete (2010), Grosso (2010), Amado (2013), São Bernardo (2016) e Lopez (2016). Todavia, cabe destacar que a discussão poderia se beneficiar da incorporação de perspectivas como a de Bagno (2019), que defende a legitimidade das diferentes variedades da língua portuguesa, que podem muito bem ser exploradas em contextos de acolhimento, e de Marcuschi (2010), que assevera que a língua deve atender prioritariamente às necessidades comunicativas das comunidades, respeitando os contextos reais de uso e as demandas sociais dos falantes. Nesse sentido, essa ampliação teórica contribuiria para reforçar a defesa da autora por políticas linguísticas mais inclusivas e socialmente ancoradas.

No que diz respeito aos objetivos e procedimentos metodológicos, a autora é objetiva e criteriosa, ao propor analisar a oferta de cursos de PLA e PLAc nas universidades federais brasileiras, além de investigar a relação entre a agenda migratória oficial e as políticas linguísticas no país. A metodologia adotada, fundamentada na aplicação de questionários institucionais e revisão bibliográfica, revela-se adequada e coerente com a proposta investigativa, permitindo mapear ações institucionais e refletir criticamente sobre o cenário nacional.

Em síntese, o resumo é propositivo ao apontar a carência de políticas linguísticas voltadas ao acolhimento de imigrantes e ao reivindicar maior investimento do Estado nessa área. Porém, é importante observar que, embora a pesquisa denuncie essa lacuna, o texto não explicita soluções concretas ou diretrizes práticas para enfrentar o problema identificado. Conforme Spolsky (2004) e Calvet (2002) sugerem, propostas de políticas linguísticas ganham maior alcance e efetividade quando articuladas a caminhos de intervenção aplicáveis, aspecto que poderia ser melhor explorado no resumo analisado. Ainda assim, a contribuição da autora é relevante por fomentar a reflexão acadêmica e institucional em torno das políticas de PLAc e suas implicações para a integração social de imigrantes no Brasil.

CONCLUSÃO

De acordo com o exposto e reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, compreendeu-se o papel fundamental das políticas linguísticas na institucionalização do PLAc no Brasil, o que evidenciou como essa prática contribui para a inserção social e multicultural de imigrantes e refugiados. Por meio da revisão teórica e do levantamento documental realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foi possível identificar recorrências, lacunas e tendências nas produções regionais.

Desse modo, observou-se a predominância de temas ligados à migração forçada, refúgio, diversidade cultural e inclusão social, destacando o PLAc como política linguística relevante no cenário contemporâneo.

As pesquisas analisadas ancoram-se majoritariamente na Linguística Aplicada Crítica e Transgressiva, com contribuições de autores como Moita Lopes (2006); Política Linguística, Calvet (2007), associadas a abordagens interculturais e sóciohistóricas. A interdisciplinaridade também se apresentou nos Resumos analíticos, envolvendo áreas como Sociolinguística e Educação Intercultural e outras interfaces.

Metodologicamente, prevalecem estudos qualitativos, mas muitos Resumos carecem de explicitação de procedimentos e de formulação clara de problemas de pesquisa e resultados propositivos e intervencionistas. Também se identificou a carência de recomendações práticas e propostas para políticas públicas, apontando a necessidade de um posicionamento mais propositivo nas futuras investigações.

Como tendência, percebe-se a descentralização geográfica das pesquisas (ainda que modesta) e a valorização das variedades regionais do português como estratégia de acolhimento, o que contribui para diagnósticos mais representativos e inclusivos. Conclui-se, desse modo, que o campo de PLAc no Brasil está em expansão, mas demanda maior rigor metodológico e compromisso com a formulação de ações concretas para o fortalecimento de políticas linguísticas inclusivas por meio de ações efetivas e praxiológicas. E isso deve envolver não só as IES nos seus Programas de mestrado em Letras/ Linguística e afins, mas esforços cooperativos e concentrados em instâncias federal, estadual e municipal.

Além disso, os Resumos analisados revelaram não apenas os avanços, mas também as lacunas existentes, confirmando a necessidade de ampliar o debate e fortalecer as ações voltadas ao ensino de PLAc. Dentre as lacunas, destaca-se a ausência de estudos mais abrangentes voltados para o ensino de PLAc em regiões

menos centralizadas, como Norte e Nordeste, com as pesquisas concentradas, em sua maioria, em grandes centros urbanos e universidades federais consolidadas. Além disso, observa-se a insuficiência de abordagens interdisciplinares e interculturais nas práticas de acolhimento linguístico, limitando a construção de ambientes educacionais mais sensíveis às realidades socioculturais dos migrantes, especialmente dos PALOP. Por fim, nota-se a escassez de debates sobre a legitimação das variedades africanas do português no contexto do PLAc, tema ainda pouco explorado, mas essencial para a valorização identitária e cultural desses estudantes no espaço acadêmico brasileiro.

Destarte, esta pesquisa contribui para o campo dos estudos linguísticos ao oferecer um mapeamento atualizado das produções acadêmicas brasileiras acerca do PLAc. Em suma, buscou-se apontar com esta pesquisa os caminhos para futuras investigações e para a construção de políticas linguísticas mais articuladas com as demandas migratórias contemporâneas, reafirmando a importância da Universidade Pública para a promoção e a inclusão linguística e social de imigrantes e refugiados em território nacional. Nessa direção, este trabalho abre um nicho ainda a ser explorado por outros/as pesquisadores/as, na tentativa de alargar o debate e contribuir para o processo de inclusão, humanidade em que as diferenças não sejam o crivo de exclusão, mas o amálgama necessário para unir línguas, culturas, identidades, sociedades e sujeitos em fluxos, movimentos e trânsitos, e que tenha contribuído para provocar, inquietar todos/as aqueles/as que, de alguma maneira, se interessem ou passem a se interessar pelo tema como proposição de outras arquitetônicas sem fronteiras linguísticas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Davi. A internacionalização da língua portuguesa. O que é? Por quê? Para quem? Como?. *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 31–52, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/63810>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- AMARAL, J. B. *Atravessando o atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira*. Dissertação – Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: <https://1library.org/document/yee4441y-atravessando-atlantico-estudante-convenio-graduacao-cooperacao-educacional-brasileira.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). *Revista de Estudos Internacionais*, v. 6, n. 2, p. 100-121, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10967>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CABETE, M. A. C. S. S. *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2024.
- CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: Uma Introdução Crítica*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CALVET, Jean-Louis. *As Políticas Linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- CASTRO, Ivo. *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Comunicação ao colóquio A Internacionalização da Língua Portuguesa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, Vol. 16, 2009.
- FLICK, U. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun. 2005.
- KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LAKATOS, Marina de Andrade. MARCONI, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 35, pdf. Disponível em: (99+) LARAIA, Roque de Barros - Cultura: um conceito antropológico [pdf] | Fernando Azeredo - Academia.edu. Acesso em: 24 mar. 2024

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. *Processos e percursos da institucionalização da área de português como língua de acolhimento em Portugal e no Brasil*. (Tese de Doutorado) UFMG: Belo Horizonte, 2022.

MACÁRIO, Maria João. O pluricentrismo da língua portuguesa nas vozes de estudantes de ensino superior. *Caderno Seminal*, Rio de Janeiro, n. 42, 2022. DOI: 10.12957/seminal.2022.64264. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/64264>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Oralidade e Letramento: perspectivas para o ensino de língua materna*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. In.: *Revista DELTA*, São Paulo, PUCSP, 1994, vol. 10, nº 2.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. “O Mito Atlântico”: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2006.

PINTO, Paulo Feytor. *Política de língua na democracia portuguesa*. Lisboa, UAB, 2008.

PONTES, Valdecy de Oliveira. *Variação linguística: da teoria ao ensino de línguas*. In: VIDAL, Rosângela Maria Bessa; BERNADINO, Rosângela Alves dos Santos; PONTES, Antonio Luciano. (Orgs.). *Produção e Ensino de Texto em Diferentes Perspectivas*. Mossoró: Edições UERN, 2014, p. 96-104.

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; SILVA, Julia Izabelle da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? Gragoatá: *Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF*, Niterói, v.22, n. 42, p. 131-153, jan./abr. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/909/636>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, n. 2, p. 409–433, jul. 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. *Português como Língua de Acolhimento*: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126>.

SCARAMUCCI, Matilde Virginia Ricardi; SANTOS JUNIOR, Elysio Soares; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras): histórico, questões controversas e perspectivas. *Em Aberto*, Brasília, v. 32, n. 104, p. 167–181, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334903935>. Acesso em: 18 maio 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2005.

TIMBANE *et al.* *As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África*. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305680961_AS_POLITICAS_LINGUISTICAS_S_E_O_DESENVOLVIMENTO_ENDOGENO_EM_AFRICA. Acesso em: 15 fev. 2024.

TIMBANE, A. A. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. *Revista De Estudos De Português Língua Internacional*, 2(2), 187–205. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/64329>. Acesso em: 28 abr. 2024.

WILSON, Francelino. *Português, língua pluricêntrica: integração de variedades no ensino*. Moçambique, Unipungue, 2021.

ANEXOS

ANEXO A – RESUMO 01

RESUMO

Esta pesquisa nasce da experiência e dos desafios vividos como professora voluntária de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Centro de idiomas do IFPA – *campus* Belém. Período no qual diferentes inquietações surgiram e que foram aprimoradas em minha trajetória como aluna de Mestrado no PPGCIMES/UFPA, permitindo a configuração da questão norteadora deste estudo que é: “como promover o processo de aquisição e aprendizagem do português brasileiro, relacionado ao dialeto belenense, como forma de acolher imigrantes e refugiados venezuelanos, residentes na Região Metropolitana de Belém (RMB), buscando a disponibilização democrática da solução alcançada?”. Objetivando responder ao questionamento investigativo, o PLAc se tornou um rico caminho conceitual com Almeida Filho e Moutinho (2017), Amado (2016), Grosso (2010) e Ortiz Alvarez (2018). Articulado a outros referenciais importantes à pesquisa, oriundos da Linguística Aplicada (LA): Krashen (1982), Almeida Filho (2005), Dettoni (2010), Oliveira e Bulegon (2019), Silva (2022); da Linguística Geral: Costa e Carneiro (2009) e Silva (2014); da Sociolinguística: Mané (2012) e McCleary (2009); da Criatividade: Kneiles (1971), Alencar (2003) e da área da Tecnologia: Lévy (1999), MacLuhan (1970), Kenski (2011), Jobe (2013), Oliveira (2022), Santos e Pinho (2019), Garofalo (2016); com essa base teórica foi possível criar um produto educacional explorando: (i) a fonética, (ii) a cultura, (iii) a intercultural, (iv) o bilinguismo, (v) a translanguagem, (vi) o lúdico, (vii) e as tecnologias midiáticas, dando origem ao “Português Pai D’Égua”, recurso educacional fonético-cultural bilingue. Um dos pontos cruciais da pesquisa foi solucionar a disponibilização democrática do produto. Para atender essa necessidade, a solução escolhida foi a produção de um aplicativo para web, reconhecido como *Web App*. Esse dispositivo tecnológico para web conjuga diferentes vantagens, sendo um aplicativo multiplataforma, facilita o acesso, privilegia a portabilidade e a mobilidade, comuns ao uso do celular, recursos fundamentais ao cotidiano do público almejado. Para o desenvolvimento do *Web App* Português Pai D’Égua foram desenvolvidos dois protótipos, o gráfico impresso e o digital online. Essa prototipação tomou concreta o projeto executivo do aplicativo idealizado, ao permitir a avaliação real do que foi projetado, se constituindo como um recurso potente para validação do produto idealizado. Caracterizada como pesquisa qualitativa lançou mão das pesquisas bibliográfica e documental e da observação participante. Além das técnicas de prototipação e de questionário utilizadas no processo de avaliação e validação do produto. A avaliação do conteúdo do produto educacional foi realizada com uma amostra por conveniência, constituída de imigrantes e refugiados venezuelanos, egressos das turmas de PLAc, do Centro de idiomas do IFPA – *campus* Belém. Essa etapa trouxe como resultado a aprovação do conteúdo analisado, sendo destacado a riqueza do material apresentado, constituindo-o como potencial recurso didático para o ensino de PLAc.

Palavras-chave: PLAc; dialeto belenense; aquisição e aprendizagem; imigrantes e refugiados venezuelanos; *Web App*.

ANEXO B – RESUMO 02

VALLC, Mara Lúcia Jabali. **"Levanta, Sacode a Poeira e dá a Volta Por Cima": Português como língua de acolhimento para Imigrantes**. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e os imbricamentos interculturais experienciados por meio de aulas ministradas para um grupo de imigrantes jovens e adultos, na cidade de São Paulo. A fundamentação teórica é norteada pela Teoria Sócio-Histórico-Cultural de Vygotsky ([1931] 1997, [1930] 1999, [1930] 2007, [1934] 2001), assim como conceitos de língua portuguesa como língua de acolhimento pautada em Grosso (2010) e São Bernardo (2016); de língua na perspectiva da interculturalidade em Mendes (2011) e Candau (2011); e na Linguística Aplicada pensada por pesquisadores como Moita Lopes (2006a, 2006b), Fabrício (2006) e Pennycook (2006). Metodologicamente, este trabalho ancora-se na Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol) (MAGALHÃES, 2004, 2011, 2012). A pesquisa é de abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987) e foi realizada com 20 participantes e uma professora de um Centro Integrado de Jovens e Adultos, pertencente à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. A coleta de dados foi realizada por meio de observação das aulas e conversas reflexivas entre pesquisadora e professora, um questionário de perfil dos alunos imigrantes e uma entrevista semiestruturada com a professora, organizadas de acordo com a análise de conteúdos temáticos, compreendidos nesta pesquisa como sentidos identificados na prática pedagógica da professora, interculturalidade e cidadania. A análise e a interpretação dos dados apontam que o ensino de língua de acolhimento não tem sido estudado neste contexto. Outrossim, a interculturalidade emerge a partir de temas que sirvam de ponte para a discussão de aspectos interculturais entre os participantes nas aulas, durante as interações de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Imigrantes. Educação de Jovens e Adultos. Língua portuguesa como língua de acolhimento. Interculturalidade.

ANEXO C – RESUMO 03

O Português como Língua de Acolhimento – (PLAc) em Cartografias Críticas Multilíngues:
Repertórios de Refugiados e Imigrantes Compulsórios em Salvador

RESUMO

O Brasil tem sido o destino de milhares de pessoas em situação de refúgio e de deslocamento compulsório nos últimos anos, devido a graves violações de direitos humanos provenientes de guerras, instabilidades econômicas, desastres ambientais, perseguições políticas, religiosas, entre outros. Os novos fluxos migratórios (BAENINGER, 2018) alteraram a rota tradicional Sul-Norte para o eixo Sul-Sul. A cidade de Salvador, capital da Bahia, apesar de não estar localizada na região de fronteira, tem recebido um contingente significativo de refugiados e imigrantes compulsórios, muitos deles devido ao programa de interiorização do Governo Federal, apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Esta dissertação tem por objetivo compreender o processo migratório em Salvador, visibilizar os seus protagonistas, verificar como eles vivem, quais as características socioculturais apresentam e como constroem os seus repertórios linguísticos. Além disso, busca-se saber de que forma o Português como Língua de Acolhimento em contextos multilíngues e multiculturais pode ser uma ferramenta intercultural eficaz para a integração e inclusão social de migrantes na sociedade soteropolitana. Este estudo tem os seus fundamentos ancorados na área da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e Transgressiva (PENNYCOOK, 2006), bem como nas epistemologias freirianas das Pedagogias do Oprimido e da Autonomia (FREIRE, 1998;1997) e da Educação Linguística Ampliada (CAVALCANTI, 2013). O referencial teórico para os estudos do Português como Língua de Acolhimento está lastreado em (GROSSO, 2010; AMADO, 2011; BIZON, 2013; LOPEZ, 2016; SÃO BERNARDO, 2016; ANUNCIAÇÃO, 2018; DINIZ; NEVES, 2018). A metodologia tem abordagem qualitativa-interpretativista (DENZIN e LINCON, 2006; BORTONI-RICARDO, 2008) e de viés etnográfico (ERICKSON, 1981; LÜDKE E ANDRÉ, 1996). Foram utilizados instrumentos para coleta, geração e análise de dados, e os respectivos resultados apontaram a relevância do acesso a língua portuguesa como dispositivo de emancipação e autonomia para migrantes compulsórios; ausências de políticas linguísticas e públicas institucionalizadas e articuladas ao arcabouço jurídico para o contexto das migrações transnacionais. Portanto, esta pesquisa exerceu o seu papel acadêmico e social no sentido de contribuir para implantação de uma política de estado com interconexões nas estruturas das esferas federais, estaduais e municipais, a fim de inserir dignamente pessoas em situação de indigência moral e vulnerabilidade migratória, agravadas pela crise sanitária mundial do covid-19 e da grave crise política e econômica que devasta o país.

Palavras-Chave: Português Língua de Acolhimento – (PLAc). Imigração Compulsória. Refúgio.

ANEXO D – RESUMO 04

RESUMO

É possível observar um considerável aumento nos fluxos migratórios internacionais no Brasil nos últimos anos. Em decorrência disto, o país vem recebendo novos fluxos migratórios (BAENINGER; MESQUITA, 2015; BRIGNOL, 2014; SILVA; OJIMA, 2017; OLIVEIRA, 2013). Desta forma, percebemos a necessidade de direcionar e intensificar estudos e pesquisas que abordassem a questão da imigração no Nordeste brasileiro. Isto posto, objetivamos pesquisar as migrações internacionais no estado do Piauí, investigando a presença de estrangeiros residentes, mais especificamente, na cidade de Teresina. Em nossa investigação, analisamos os resultados provenientes de um curso de português, na perspectiva do acolhimento, para estrangeiros que se encontram na capital teresinense. Esta pesquisa se caracteriza como uma investigação de abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Richardson *et al.* (2012), essa abordagem apresenta-se como uma das formas mais adequadas para a compreensão de um acontecimento social. Tendo em vista que trabalhamos com a implementação de um curso de português para imigrantes em uma universidade, e que a participação, ação e reação destas pessoas se mostra fundamental para o desenvolvimento desse estudo, constatamos a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985; BARBIER, 2002; EL ANDALOUSSI, 2004; FRANCO, 2005) como o método científico mais adequado para o encaminhamento desta investigação. Para a realização de coleta de dados, usamos entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987), questionário (MARCONI; LAKATOS, 2003) e observação participante (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Assim, identificamos a necessidade de o grupo analisado aprender a língua portuguesa para melhor integração social e cultural. Destacamos o mútuo acolhimento existente nesse grupo que, tendo em sua quase totalidade hispanofalantes, perceberam a presença de estudantes que tinham outra língua materna e criaram interações mediadas por gestos, variações linguísticas e receptividade. Desta forma, os resultados alcançados nessa pesquisa revelam a importância e relevância da promoção de cursos de extensão em português língua de acolhimento para atender às necessidades linguísticas, culturais e sociais da comunidade de estrangeiros que se encontra em Teresina – PI.

Palavras-chave: Português Língua de Acolhimento. Imigração no Piauí. Ensino e Aprendizagem.

ANEXO E – RESUMO 05

RESUMO

O conhecimento da língua majoritária de um país, embora não seja condição *sine qua non* para a integração de imigrantes à sociedade receptora, possui um importante papel nesse processo (KRUMM; PLUTZAR, 2008; ISPHORDING, 2015). Assim sendo, este trabalho tem como objetivo discutir políticas linguísticas para o ensino de português como língua de acolhimento (PLAc) (ANÇÃ, 2006; CABETE, 2010; GROSSO, 2010; AMADO, 2013; SÃO BERNARDO, 2016; LOPEZ, 2016) no Brasil. Para tanto, trato sobre os fluxos migratórios recentes para o Brasil – em especial, sobre os fluxos de haitianos, sírios e venezuelanos –, analiso alguns dos principais instrumentos legais brasileiros para a imigração, bem como realizo uma revisão bibliográfica sobre políticas linguísticas. Além disso, com a finalidade de verificar a coordenação entre a agenda migratória oficial brasileira e as políticas linguísticas no Brasil, realizo um levantamento dos cursos de português como língua adicional (PLA) ofertados pelas universidades federais e, com base nas respostas ao questionário enviado a essas instituições, discuto o espaço do ensino de PLAc nesses locais. Os resultados deste estudo indicaram que, apesar do aumento dos fluxos migratórios para o Brasil e da maior abertura na agenda migratória brasileira, ainda faltam políticas linguísticas para contribuir com a integração dos imigrantes que o país vem recebendo. As iniciativas para o ensino de língua de acolhimento para imigrantes, em grande medida, são promovidas pela sociedade civil ou instituições não governamentais e contam com pouco apoio do poder público. Na esfera federal, mesmo nas universidades, locais onde a área de PLA está em expansão e é relativamente bem desenvolvida em comparação com outros espaços, ainda são poucas as instituições atuando no ensino de PLAc das 63 universidades contatadas, 55 responderam ao questionário, 43 informaram que possuem cursos de PLA, mas apenas 14 mencionaram a existência de cursos ou projetos para o ensino de PLAc na instituição. Todavia, considerando que políticas de integração precárias podem contribuir para uma percepção negativa acerca dos imigrantes e para o reforço de políticas migratórias defensivas (PENNINX, 2003), defendo que o Estado precisa investir mais na promoção de políticas linguísticas para o ensino de PLAc no Brasil, a fim de facilitar a efetivação da acolhida humanitária que vem sendo proposta pelas políticas migratórias brasileiras. A partir das discussões realizadas nesta pesquisa, pretendo contribuir com o debate sobre políticas linguísticas para a integração de imigrantes no Brasil e mostrar alguns aspectos que a área de PLA, especialmente dentro das universidades federais, pode desenvolver mais.